



RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO
Exercício de 2012

Março de 2013

ÍNDICE

I. A DINÂMICA DO MERCADO	5
A. ECONOMIA INTERNACIONAL.....	5
B. ECONOMIA NACIONAL	5
C. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL	6
II. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO	8
A. CAPITAL HUMANO	8
1. Efetivos.....	8
2. Formação	8
3. Medicina, higiene e segurança no trabalho.....	9
B. CLIENTES	9
III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
A. SÍNTESE DA ATIVIDADE	10
B. ATIVIDADE TÉCNICA	10
C. ACTIVIDADE FINANCEIRA.....	12
D. RESULTADOS.....	12
IV. PERSPECTIVAS PARA 2013	14
A. A ATIVIDADE ECONÓMICA.....	14
B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR.....	14
C. A ESTRATÉGIA PARA O TRIÉNIO 2011-2013	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	27
CERTIFICAÇÕES	114

I. A DINÂMICA DO MERCADO

A. ECONOMIA INTERNACIONAL

A conjuntura macroeconómica, em 2012, caracterizou-se por um novo abrandamento da economia mundial, com o FMI a estimar uma expansão de apenas 3,2%, face a 3,9% obtido em 2011 e 5,1%, em 2010. Esta evolução terá sido provocada pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas e pelo impasse na resolução da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, que conduziu a região para a recessão, afetando as economias em desenvolvimento, quer por via dos efeitos comerciais, quer por via da incerteza nos mercados financeiros. O abrandamento global só não foi mais intenso porque os principais bancos centrais continuaram a aliviar a política monetária, visando reduzir sobretudo as taxas de juro de longo prazo, suportando o investimento.

Na Zona Euro, o último trimestre de 2011 ficou marcado pelo regresso da economia à contração, ressentindo-se dos efeitos recessivos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, com destaque para Itália e Espanha. Em 2012, o PIB continuou a cair, registando uma queda anual de 0,5%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, que foi restringido pelas medidas de austeridade e amplificado pela subida do desemprego, traduzindo-se numa contínua evolução da respetiva taxa, que passou de 10,7%, no final de 2011, para 11,7%, em 2012.

A taxa de inflação homóloga desceu de 2,7%, no final de 2011, para 2,2%, em 2012. As pressões inflacionistas continuaram a advir, em especial, dos preços da energia junto dos consumidores, bem como dos aumentos dos impostos indiretos adotados por alguns governos, os quais assumem um carácter temporário.

O ano de 2012 foi positivo para os ativos de risco. Embora os mercados tenham permanecido durante todo o período sob o efeito do abrandamento da economia global, acabaram por ser mais do que compensados pela conjugação entre a intervenção das autoridades monetárias de vários países e os passos políticos dados na resolução da crise do euro.

B. ECONOMIA NACIONAL

A implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia, implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas que tiveram impacto na economia nacional.

Em 2012, observou-se uma queda expressiva e generalizada da procura interna, com o consumo privado a descer em resultado da redução do rendimento disponível, quer resultante das medidas de consolidação das finanças públicas, quer do aumento do desemprego. As fracas perspetivas de negócios e a dificuldade no acesso ao crédito

provocaram mais uma intensa descida do investimento privado, enquanto as reduções no investimento e consumo público se enquadram no esforço de consolidação orçamental.

As exportações têm constituído uma das principais surpresas positivas do processo de ajustamento português, sendo de realçar o facto de a balança de bens e serviços se ter equilibrado em 2012, algo ímpar desde 1943.

Nestas condições, o PIB sofreu, em 2012, uma queda de -3,2%, o dobro da observada em 2011, que tinha registado uma descida de -1,6%, condicionado pelos efeitos das fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento do Estado para 2012.

Por outro lado, a diminuição das necessidades de financiamento do setor público e o aumento da poupança do setor privado resultaram numa significativa quebra do défice externo, que praticamente se reduziu a zero, no final do ano.

A intensa deterioração do mercado laboral refletiu e amplificou a recessão, com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego, ao longo do ano, ascendendo a 16,9%, no 4º trimestre de 2012, segundo o INE, significando uma subida face aos 14,0% observados no final de 2011 e representando um nível máximo histórico desde 1977. Em termos médios anuais, a taxa de desemprego aumentou de 12,7%, em 2011, para 15,7%, em 2012.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 2,8%, em forte abrandamento, face aos 3,7% de 2011. A inflação permaneceu acima da média da Zona Euro, refletindo, essencialmente, o impacto de alterações da tributação indireta e de preços, condicionados por procedimentos de natureza administrativa em 2011 e 2012.

C. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL

De acordo com informações provisórias da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a produção de seguro direto em Portugal, em 2012, foi da ordem dos 10,9 mil milhões de euros, o que traduz uma redução de -7,1%, face a 2011.

Esta redução é explicada pela maior quebra do ramo Vida, em que ocorreu uma contração de 8,9% na receita, tendo o montante dos prémios, em 2012, alcançado os 6,9 mil milhões de euros.

Por seu lado, o mercado dos seguros Não Vida apresentou uma descida de 3,8% nos prémios de seguro direto. O volume de receita situou-se nos 3,98 mil milhões de euros, em 2012, abaixo dos 4,15 mil milhões, registados no final de 2011.

Relativamente à sinistralidade, de acordo com dados provisórios do Instituto de Seguros de Portugal para os ramos Não Vida, a taxa de sinistralidade¹ aumentou em 2012, situando-se nos 69,4%, contra 68,0% no ano anterior.

O maior contribuinte para esta evolução foram claramente os Acidentes de Trabalho, com um aumento superior a 21 p.p., passando a taxa de sinistralidade para 112,4%, como consequência da redução dos prémios brutos emitidos, com menos 56 milhões de euros, e do crescimento da provisão para sinistros em valor superior a 80 milhões de euros.

Em contrapartida, o ramo Automóvel manifestou uma quebra no rácio de sinistralidade, passando de 73,1%, em 2011, para 69,6%, em 2012, apesar da perda de receita superior a 5%. Para este resultado, muito contribuiu a redução da provisão para sinistros em mais de 140 milhões de euros e que constitui cerca de 10% dos prémios brutos emitidos.

Os restantes ramos registaram, igualmente, uma evolução favorável, com o Incêndio e Outros Danos a apresentar uma quebra de -4,6 p.p. e o Doença a reduzir -2.3 p.p..

De acordo com as estimativas do ISP, os montantes investidos pela atividade seguradora em instrumentos financeiros, afetos às provisões técnicas, atingiram, em 2012, cerca de 48 mil milhões de euros, um crescimento de 3%, face a 2011. Foi no segmento Vida que se assistiu à evolução mais favorável, com uma variação positiva de 3,2%, face a 1,4% nos ramos Não Vida, que apresentaram um volume global superior a 6 mil milhões de euros.

Em 2012, estima-se que o resultado global do setor segurador tenha sido da ordem dos 542 milhões de euros, representando um crescimento expressivo em relação ao ano anterior.

O resultado obtido ficou a dever-se, essencialmente, ao contributo do ramo Vida, muito suportado pela recuperação dos mercados de capitais, em particular no segmento da dívida, além de refletir uma operação extraordinária de cedência da carteira de vida risco de uma seguradora do mercado.

O contributo dos ramos Não Vida para o resultado global foi bastante mais modesto, mas igualmente por efeito de um incremento da componente financeira, sendo de destacar, pela negativa, os resultados de Acidentes de Trabalho, com perdas muito elevadas e próximas dos 120 milhões de euros.

Na análise à solvência, relativamente às empresas que exploram exclusivamente os ramos Não Vida, o rácio de cobertura da margem de solvência situou-se em 260%, em 2012, melhorando ligeiramente face ao valor obtido em 2011, em que se registou um valor de 258%. As melhorias com maior significado registaram-se nas seguradoras Vida e nas Mistas, com valorizações respetivas de 105 p.p. e de 70 p.p..

¹ Taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre custos com sinistros e prémios brutos emitidos.

II. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

A. CAPITAL HUMANO

Durante o ano de 2012, foram dados passos importantes na redefinição da cadeia de valor da empresa, permitindo uma maior racionalização na gestão dos recursos humanos e uma resposta mais adequada das operações, de modo a contribuir para o aumento da produtividade e da qualidade de serviço.

1. Efetivos

O quadro de pessoal, em 31 de dezembro, era de 689 colaboradores, contra 706 em 2011. Refira-se que 3 trabalhadores com vínculo laboral à Lusitania se encontram deslocados na N seguros. Saliente-se que 53,2% pertencem ao sexo masculino e 46,8% ao sexo feminino.

A antiguidade média dos colaboradores é de aproximadamente de 15 anos, o que demonstra a existência de um quadro de pessoal experiente.

Estes indicadores são reveladores de uma capacidade disponível que se pretende indutora de qualidade na prestação de serviços e da capacidade de crescimento adaptada à conjuntura atual.

2. Formação

Sendo um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, a atividade de formação contou com 616 participantes, em 61 cursos e ações formativas presenciais, num total de 20.293 horas.

Neste âmbito, foram realizadas 22 ações destinadas a mediadores da Lusitania, envolvendo 282 pessoas e totalizando 1.045 horas.

Indicadores de formação	2010	2011	2012
Nº de ações ou cursos	153	61	65
Nº participantes	1.034	742	620
Nº horas	7.783	5.818	20.349
Custos de formação	160.473	85.768	89.674
Custos de formação/Custos com pessoal	0,3%	0,4%	0,41%

Promoveu-se, também, uma edição do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros – para 125 colaboradores dos agentes da Lusitania, totalizando 10.338 horas de formação.

Foram ainda efetuados exames presenciais a 884 colaboradores do Montepio, que participaram igualmente no Curso para PDEAMS, com um total de 26.818 horas.

No quadro da formação à distância, realizou-se uma nova edição do Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros, para um universo de 118 formandos, num total de 7.499 horas de formação.

3. Medicina, higiene e segurança no trabalho

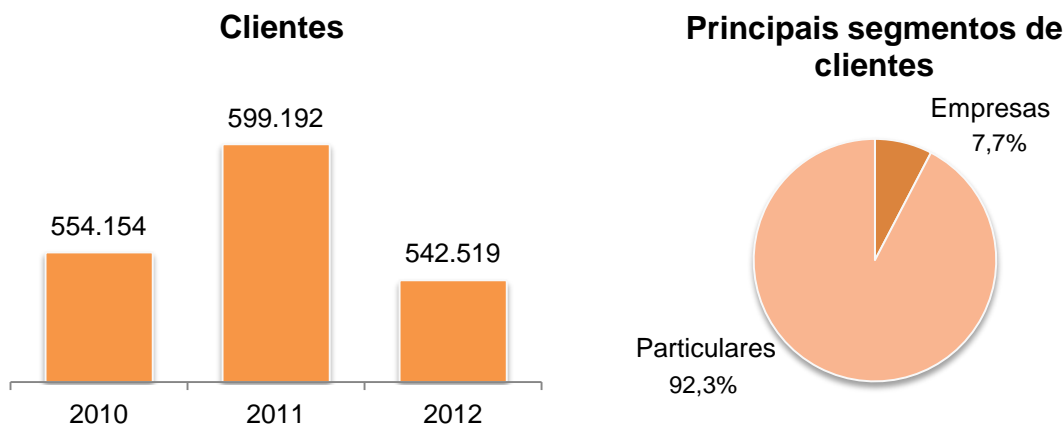
No decurso do ano 2012, foram realizados 616 *check-ups* no âmbito da medicina no trabalho, tendo sido visitados 30 balcões da Lusitania por técnicos de higiene e segurança, para análise das condições de trabalho.

B. CLIENTES

Em 2012, o agravamento da situação económica e financeira do país e uma forte intervenção da Lusitania, no sentido de melhorar a qualidade da carteira de seguros, tiveram reflexos na redução do número de clientes, que registou uma quebra de -10,5%, em relação a 2011, fechando o exercício com 497.107 clientes. Relativamente à N Seguros, a descida foi marginal, com uma perda de -0,7%, sendo o número de clientes de 63.412.

Em termos consolidados, no final de 2012, a carteira detinha 542.519 clientes, o que originou um decréscimo de -9,5%, em relação a 2011.

No desenvolvimento de novos produtos, com o espírito de inovação que caracteriza a Lusitania, foi reforçada a comercialização do Plano E+, um produto que privilegia a diversificação e a cobertura de um maior número de riscos a que o cliente está sujeito, permitindo a prática de preços mais convidativos e o reforço da relação. O Plano E+ assenta no conceito de extrato, reunindo num único documento toda a informação sobre os produtos que fazem parte do Plano.



Alinhando a oferta de produtos com as necessidades do mercado, a Lusitania lançou um novo conceito de seguros de saúde, o Lusitania Viva e Viva +, com acesso a preços convencionados e uma gama de serviços que permite ao cliente manter os seus cuidados de saúde e consultas a um preço muito vantajoso.

Na N Seguros, foram lançados novos produtos, complementares à oferta disponível. No ramo Doença, foram criados o N Saúde START e o N Saúde TOP e nos Acidentes Pessoais, o N Proteção START e o N Proteção TOP.

III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A. SÍNTESE DA ATIVIDADE

Numa conjuntura económica e financeira extremamente desfavorável, a Lusitania apresentou um resultado líquido que reflete o impacto da perda de receita, do agravamento significativo da taxa de sinistralidade da modalidade Acidentes de Trabalho, associado ao elevado rácio de sinistralidade do ramo Automóvel, apresentando, pela primeira vez na sua história, um resultado negativo, que se cifrou em -16.256.815 euros.

Por seu lado, a N Seguros alcançou um resultado positivo, um pouco superior a 1 milhão de euros, fruto da redução da sinistralidade, da melhoria dos resultados financeiros e de uma gestão de recursos mais eficientes.

Deste modo, o resultado consolidado foi de -15.246.720 euros.

Principais indicadores da atividade

(milhares de euros)	2010	2011	2012
Prémios brutos emitidos do seguro direto	244.194	255.515	211.542
Quota de mercado (não vida) (1)	6,0%	6,3%	5,3%
Taxa de variação dos prémios	87,5%	4,6%	-17,2%
Índice de sinistralidade	64,6%	72,6%	80,4%
Taxa de comissionamento	13,2%	13,0%	12,3%
<i>Expense ratio</i>	34,3%	30,6%	33,3%
<i>Combined ratio</i> líquido	98,9%	102,8%	113,7%
Resultado líquido	581	-2.776	-15.247
Investimento	383.188	363.910	357.013
Rentabilidade das vendas	0,2%	-1,1%	-7,2%
Capitais próprios	73.060	66.570	63.368
Rentabilidade dos capitais próprios	0,8%	-4,2%	-24,1%
Custos por natureza por apólice	61,95	50,37	56,39
Custos com pessoal por apólice	30,52	24,23	28,89
Fornecimentos e serviços externos por apólice	23,70	16,72	16,66
Cobertura da Margem de Solvência	1,1	1,1	1,1

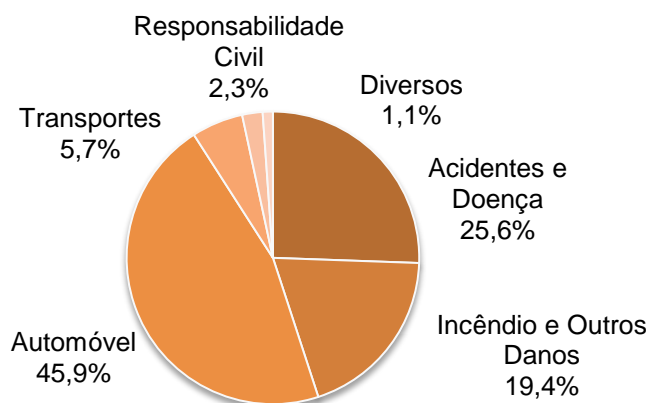
(1) Para efeitos da quota de mercado, a produção da atividade seguradora representa, em 2012, um universo de 95,9%.

B. ATIVIDADE TÉCNICA

O exercício encerrou com uma receita consolidada, em seguro direto, de 211.542 milhares de euros, correspondente a uma variação de -17,2% em relação a 2011, com a Lusitania a contribuir com 199,4 milhões de euros de prémios e uma quebra de -0,2% e a N Seguros, com 12 milhões de prémios e uma redução de -5,4%.

A estrutura da carteira consolidada de prémios brutos emitidos de seguro direto, em 2012, ficou distribuída da seguinte forma:

Composição da carteira consolidada 2012



A taxa de sinistralidade consolidada² registou um considerável crescimento em relação ao ano anterior, passando de 72,6% para 80,4%. Para este resultado, muito contribuiu o aumento de sinistralidade verificada nos Acidentes de Trabalho, que sofreu um acréscimo de 77,9% para 109,4%. O ramo Automóvel também acompanhou esta evolução, com um incremento de 75,7% para 79,9%, fruto do reforço de provisionamento, cujo rácio, face aos prémios brutos emitidos, passou de 93,4%, em 2011, para 110,3%, em 2012.

Ramos	2011	2012
Acidentes e Doença	74,2%	92,5%
Incêndio e Outros Danos	65,1%	64,4%
Automóvel	75,7%	79,9%
Transportes	64,8%	105,8%
Responsabilidade Civil	44,8%	47,0%
Diversos	92,3%	52,9%
Totais	72,6%	80,4%

Os custos de exploração consolidados diminuíram em 2012, tendo passado a representar 12,3% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, que comparam com 12,9% no ano anterior.

Em relação ao resseguro cedido, o rácio consolidado de cedência³ aumentou 1,5 p.p., passando de 14,4% para 15,9%, fruto da alteração da estrutura da carteira.

Os custos por natureza consolidados passaram a representar 21,1% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, face a 17,7% em 2011. Para este comportamento, contribuiu, de

² Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros antes da imputação/Prémios adquiridos de seguro direto.

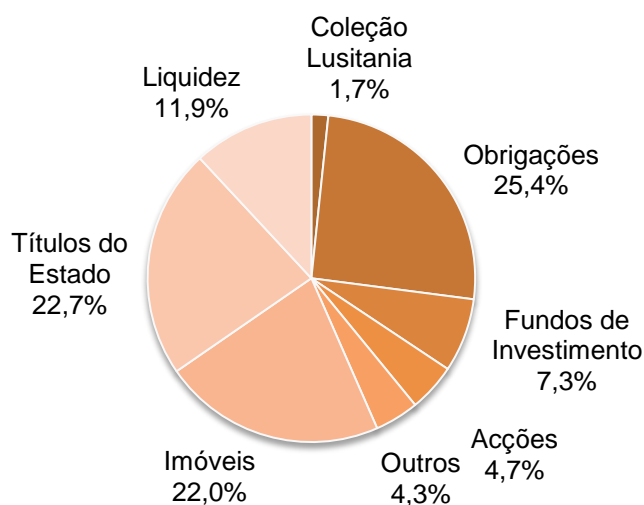
³ O rácio de cedência é o quociente entre prémios de resseguro cedido e prémios brutos emitidos de seguro direto.

modo substancial, a elevada perda de receita, já que a Lusitania apresentou uma redução nos custos de -1,3% e a N Seguros, -1,8%.

C. ACTIVIDADE FINANCEIRA

A carteira de investimentos consolidada fixou-se em 357 milhões de euros, sendo que 339,9 milhões de euros correspondem a ativos da carteira da Lusitania e 17,1 milhões de euros à N Seguros.

**Composição dos investimentos
por tipo de ativo**



A carteira consolidada é essencialmente constituída por Obrigações, Títulos do Estado e Imóveis, representando 70,1% do total dos investimentos. Os activos de risco têm um peso relativo de 4,7%, enquanto os Fundos de Investimento participam com 7,3% da carteira global.

Para este quadro, contribuiu a Lusitania, com o peso maior nos investimentos de menor risco, como as Obrigações e os Títulos do Estado, com 44,4% do total da sua carteira, e os da N Seguros, onde os Depósitos Bancários asseguram 31,5% e as Obrigações 52,2% do total dos seus ativos.

D. RESULTADOS

No exercício de 2012, após a consolidação de contas, o resultado líquido de impostos registado foi de -15.246.720 euros. A diferença face às contas individuais é traduzida pelo impacto positivo gerado pelos resultados da N Seguros, no valor de 1.010.096 euros.

Resultados e rentabilidades		2010	2011	2012
Resultado técnico		-2.639.254	-10.763.910	-20.901.444
	Var.	-141,2%	-507,8%	-294,2%
EBITDA		1.077.412	-6.007.439	-16.351.160
	Var.	-87,9%	-657,6%	-372,2%
Margem EBITDA		0,4%	-2,4%	-7,7%
	Var. p.p.	-5,9	-2,8	-5,4
Resultado antes de impostos		2.036.837	-6.016.302	-20.205.254
	Var.	-71,3%	-395,4%	-435,8%
Resultado líquido		581.311	-2.775.792	-15.246.720
	Var.	-83,7%	-577,5%	-649,3%
Capitais próprios		73.060.462	66.569.794	63.368.351
	Var.	-5,6%	-8,9%	-4,8%
Rentabilidade das vendas		0,2%	-1,1%	-7,2%
	Var. p.p.	-2,3	-1,3	-6,1
ROE		0,8%	-4,2%	-24,1%
	Var.	-3,8	-5,0	-19,9

A margem de solvência consolidada, calculada de acordo com o normativo em vigor, era, em 31 de dezembro de 2012, de 41.706.578 euros, com um capital disponível de 44.972.203 euros, equivalente a uma taxa de cobertura de 107,8%.

IV. PERSPECTIVAS PARA 2013

A. A ATIVIDADE ECONÓMICA

As projeções do Banco de Portugal, publicadas no Boletim Económico de Inverno de 2012, apontam para uma contração da economia portuguesa, em 2013, seguida de uma ligeira recuperação da atividade económica, em 2014.

A contínua redução do produto interno reflete a quebra da procura interna, resultado da implementação das medidas de consolidação orçamental. A contração da procura interna foi acompanhada por um crescimento das exportações, o qual não tem sido, no entanto, suficiente para compensar o impacto negativo dos baixos níveis de procura interna.

O Banco de Portugal, para 2014, assume que não existirão medidas adicionais de consolidação orçamental, para além das incluídas no Orçamento do Estado para 2013. Esta recuperação comporta, assim, riscos elevados.

B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR

A execução das medidas estabelecidas ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal tem vindo a criar um ajustamento muito pronunciado na economia portuguesa, com alterações profundas nos padrões de consumo.

A manutenção da contração da atividade económica, a redução do consumo dos agentes internos, o aumento do desemprego, a forte redução do rendimento disponível das famílias e das empresas constituem desafios enormes para a atividade seguradora.

O mercado dos seguros Não Vida, apesar do enquadramento muito negativo para a atividade, manteve-se resiliente à recessão. Contudo, alguns segmentos do negócio, como os Acidentes de Trabalho, têm sido mais afetados pela crise.

A resposta através da concorrência pelo preço será insustentável, pelo que deverão aumentar os níveis de eficiência, com qualidade, respondendo da melhor forma às crescentes exigências de proteção e segurança dos clientes.

C. A ESTRATÉGIA PARA O TRIÉNIO 2011-2013

A Lusitania prosseguiu, em 2012, as grandes linhas de desenvolvimento do plano estratégico para o triénio 2011-2013, explicitados no Programa “Consolidar para Ganhar”. Este plano definiu objetivos de crescimento sustentável, de aumento da rentabilidade, de melhoria da qualidade e da eficiência. Contudo, o cumprimento de alguns dos vetores ficou aquém das expectativas, devido, fundamentalmente, ao agravamento da situação económica e financeira do país e a uma forte intervenção na qualidade da carteira de seguros da Companhia.

Os desafios identificados no plano 2011-2013 são de natureza muito diferenciada e requerem uma atuação contínua e determinada para os ultrapassar:

- Agravamento da crise económica e financeira
- Estagnação do mercado segurador Não Vida
- Forte pressão nos preços
- Escassez de capital e maiores exigências de remuneração
- Seguros encarados como uma *commodity* (massificados)
- Quadro regulatório mais restritivo na gestão dos riscos – Solvência II

O Programa “Consolidar para Ganhar” é constituído por um conjunto de iniciativas integradas, com vista ao aprofundamento dos vetores de desenvolvimento. Estes planos estão a ser executados desde o início de 2011.

O cumprimento do programa registou ajustamentos em cada ano, em virtude do ambiente recessivo. Para o ano de 2013, a Companhia definiu os seus objetivos de forma a recuperar a quota de mercado, com qualidade e rendibilidade.

Neste âmbito, a Lusitania vai reforçar as alianças com os canais de distribuição, através da criação de uma nova segmentação da rede de mediação, com maior enfoque na rendibilidade, apoiando a sua estratégia e disponibilizando um conjunto de meios para que os seus parceiros possam responder mais eficientemente aos clientes. Por outro lado, vai intensificar as ações junto do canal bancário, desenvolvendo novos produtos e serviços, complementando a oferta da rede do Montepio.

Com o objetivo de oferecer as soluções mais alinhadas às necessidades dos clientes e à situação económica e financeira que o país atravessa, a Companhia vai investir num programa que visa aumentar o conhecimento dos tomadores e segurados, garantindo um elo mais forte entre os produtos e os clientes.

Procurando consolidar a sua estratégia e aumentar a sustentabilidade, a Lusitania vai promover ações de diferenciação por áreas de negócio, identificando nichos de mercado, com maior enfoque no cliente.

Para apoiar a implementação do programa, definiram-se linhas de orientação para aumentar a eficiência dos processos, melhorando os mecanismos de controlo, tornando mais flexível o ciclo de produção e simplificando a estrutura da organização.

De forma a garantir a remuneração de todas as partes, pretende-se investir na rentabilidade técnica, prosseguir a política de contenção de custos e otimizar a gestão de ativos financeiros, promovendo o aumento de competências dos seus colaboradores e desenvolvendo um modelo de incentivos integrado no sistema de avaliação de desempenho.

Antecipando um futuro próximo, a Lusitania vai sistematizar o orçamento de risco, a partir de um modelo interno de gestão de riscos, reformulando as tarifas e as políticas de aceitação, através de uma gestão mais sustentada do preço, consolidando a qualidade do serviço prestado e garantindo os objetivos estratégicos definidos.

Para a N Seguros, a gestão de alianças estratégicas e de protocolos assumirá, em 2013, um papel relevante na divulgação da oferta, na segmentação de clientes e na alavancagem do crescimento da Empresa.

No que se refere à política de marketing e de comunicação, e tendo em conta as melhorias e ganhos de eficiência verificados em 2012, prevê-se a manutenção das parcerias em curso, com a comunicação direcionada para o mercado digital (*Internet/Site*), sem descurar outros meios complementares de comunicação e de interação com o mercado.

Não se prevendo alterações significativas no quadro macroeconómico, continuaremos a assistir a um crescimento dos canais diretos, o que deverá, progressivamente, aumentar a relevância deste modelo de distribuição no seio do setor segurador.

A política de rigor e transparência na seleção do risco, a resiliência no prosseguimento dos seus objetivos, a manutenção de uma visão e estratégia claras, o empenho, dedicação e profissionalismo dos seus colaboradores e o apoio do seu acionista serão determinantes para ultrapassar os desafios do próximo ano e para manter o ciclo de resultados positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 6 de junho de 1986, nascia um novo projeto na atividade seguradora. Em pouco tempo, a Lusitania adquiriu um estatuto que só foi possível graças à dinâmica dos seus fundadores. O Senhor Dr. Arez Romão, líder desde a primeira hora, cessou funções no dia 31 de janeiro do corrente ano.

A expressão e dimensão que a empresa alcançou no mercado segurador, constituindo um justo motivo de orgulho para todos os que a ela estão, ou estiveram associados, são o resultado da dedicação e trabalho do Senhor Dr. Arez Romão que, com o seu distinto carisma, promoveu um espírito empreendedor, inspirou uma vasta equipa de colaboradores e conduziu os destinos desta Companhia.

No momento em que a empresa assume uma nova etapa da sua vida, o Conselho de Administração vem prestar homenagem ao esforço e abnegação daquele que, durante mais de 25 anos, foi a figura incontornável deste grande projeto.

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração deixa aqui uma palavra de agradecimento a todos quanto contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial o Instituto de Seguros de Portugal;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores, as Associações de Mediadores e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Os Clientes, Agentes, Corretores e Resseguradores;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 18 de março de 2013

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

Jorge José Conceição Silva
Administrador

Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador

Artur Luis Martins
Administrador

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**
Exercício de 2012

Notas do anexo	ATIVO CONSOLIDADO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício 31-12-2011
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	27.427.036	-	27.427.036	10.978.918
7	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	896.268	-	896.268	896.268
7	Ativos financeiros detidos para negociação	2.857.639	-	2.857.639	3.085.303
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.005.341	-	5.005.341	5.914.292
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	141.032.590	-	141.032.590	147.588.576
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	30.648.716	-	30.648.716	39.730.663
	Depósitos junto de empresas cedentes	437.852	-	437.852	475.723
	Outros depósitos	15.125.393	-	15.125.393	24.352.743
	Empréstimos concedidos	15.085.471	-	15.085.471	14.902.197
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
7	Investimentos a deter até à maturidade	64.801.335	-	64.801.335	65.972.729
9	Terrenos e edifícios	78.385.277	3.778.275	74.607.002	74.746.557
	Terrenos e edifícios de uso próprio	48.614.277	3.778.275	44.836.001	45.193.395
	Terrenos e edifícios de rendimento	29.771.001	-	29.771.001	29.553.162
10	Outros ativos tangíveis	28.317.241	19.293.895	9.023.346	4.799.910
	Inventários	-	-	-	-
12	Goodwill	32.401.035	-	32.401.035	32.401.035
12	Outros ativos intangíveis	20.841.980	5.603.837	15.238.143	17.095.765
5,1	Provisões técnicas de resseguro cedido	33.781.948	-	33.781.948	38.046.922
	Provisão para prémios não adquiridos	6.719.520	-	6.719.520	8.255.245
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	27.062.427	-	27.062.427	29.791.677
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	412.763	-	412.763	169.101
37,2	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	83.774.511	6.313.166	77.461.345	93.888.126
	Contas a receber por operações de seguro direto	57.420.071	2.122.133	55.297.938	65.797.536
	Contas a receber por operações de resseguro	8.655.054	-	8.655.054	8.394.320
	Contas a receber por outras operações	17.699.386	4.191.033	13.508.353	19.696.271
24	Ativos por impostos e taxas	10.536.555	-	10.536.555	6.524.104
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.357	-	1.357	58.923
	Ativos por impostos diferidos	10.535.199	-	10.535.199	6.465.182
	Acréscimos e diferimentos	3.230.967	-	3.230.967	4.134.938
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	564.351.200	34.989.174	529.362.027	545.973.207

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa

Virgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS	Valor	Exercício 31-12-2011
	PASSIVO		
5,1	Provisões técnicas	340.028.267	360.517.312
	Provisão para prémios não adquiridos	48.788.794	58.459.897
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	280.671.207	288.839.567
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	127.072.694	125.577.988
	De outros ramos	153.598.512	163.261.579
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	5.301.596	4.859.852
	Provisão para riscos em curso	5.266.669	8.357.996
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
6	Outros passivos financeiros	42.789.292	39.486.665
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	20.500.000	20.500.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	7.289.292	8.986.665
	Outros	15.000.000	10.000.000
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
37,3	Outros credores por operações de seguros e outras operações	30.179.406	26.682.219
	Contas a pagar por operações de seguro direto	16.819.203	16.981.701
	Contas a pagar por operações de resseguro	7.754.779	3.107.165
	Contas a pagar por outras operações	5.605.424	6.593.352
24	Passivos por impostos e taxas	11.195.645	11.935.629
	Passivos por impostos correntes	11.195.645	11.935.629
	Passivos por impostos diferidos	-	-
37,1	Acréscimos e diferimentos	37.038.274	47.319.694
13	Outras provisões	4.762.792	4.594.366
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como devido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	465.993.676	490.535.884
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	26.000.000	26.000.000
	(Ações Próprias)	-	-
29,2	Outros instrumentos de capital	66.546.001	46.546.001
26	Reservas de reavaliação	(6.079.872)	(10.204.629)
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(6.079.872)	(10.377.278)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	172.649
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
26	Reserva por impostos diferidos	1.758.061	2.997.499
26	Outras reservas	6.858.035	6.633.823
	Resultados transitados	(16.467.153)	(13.759.579)
	Resultado do exercício	(15.246.720)	(2.775.792)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	63.368.351	55.437.324
	Interesses Minoritários	-	-
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	63.368.351	55.437.324
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	529.362.027	545.973.207

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Albertino Soares

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Gonçalo Ramo e Costa

Virgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício 31-12-2011
14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	192.098.558		192.098.558	221.843.913
	Prémios brutos emitidos	214.450.066		214.450.066	259.023.309
	Prémios de resseguro cedido	32.220.835		32.220.835	36.721.407
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(11.405.051)		(11.405.051)	1.662.322
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.535.725)		(1.535.725)	1.204.333
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
5	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	173.358.466		173.358.466	179.261.684
	Montantes pagos	174.029.255		174.029.255	183.897.777
	Montantes brutos	195.824.170		195.824.170	200.889.552
	Parte dos resseguradores	21.794.915		21.794.915	16.991.775
	Provisão para sinistros (variação)	(670.789)		(670.789)	(4.636.093)
	Montante bruto	(3.379.965)		(3.379.965)	(3.746.497)
	Parte dos resseguradores	(2.709.175)		(2.709.175)	889.595
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-		-	-
	Montante bruto	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-		-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(2.649.582)		(2.649.582)	(1.028.578)
	Custos e gastos de exploração líquidos	51.617.290		51.617.290	58.322.616
	Custos de aquisição	35.943.728		35.943.728	43.510.752
	Custos de aquisição diferidos (variação)	1.733.948		1.733.948	400.944
	Gastos administrativos	18.872.726		18.872.726	21.211.586
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.933.113		4.933.113	6.800.666
16	Rendimentos	10.255.094	631.575	10.886.669	9.301.246
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	8.720.130	631.575	9.351.705	7.955.215
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	1.534.964	-	1.534.964	1.346.031
21	Gastos financeiros	1.870.821	270.624	2.141.445	1.918.418
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	88.482	-	88.482	95.371
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	181.880	-	181.880	231.857
	Outros	1.600.459	270.624	1.871.083	1.591.190
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.187.233	2.190.032	6.377.265	2.222.035
	De ativos disponíveis para venda	4.118.807	2.190.032	6.308.838	1.538.888
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	68.426	-	68.426	683.148
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(351.547)	-	(351.547)	(229.274)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(322.241)	-	(322.241)	(341.276)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(29.306)	-	(29.306)	112.002
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	3.381.111	1.431.709	4.812.820	4.209.260
	De ativos disponíveis para venda	2.892.410	-	2.892.410	4.209.260
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	1.431.709	1.431.709	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	488.701	-	488.701	-
37.4	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	487.324	-	487.324	999.570
13.1	Outras provisões (variação)	-	168.447	168.447	(1.404.589)
37.5	Outros rendimentos/gastos	-	(254.636)	(254.636)	1.125.019
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	(20.901.444)	696.190	(20.205.254)	(6.016.302)
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	387.128	(7.723)	379.405	112.139
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(5.508.961)	171.022	(5.337.939)	(3.352.649)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS	-	-	(15.246.720)	(2.775.792)
	Interesses minoritários	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	(15.246.720)	(2.775.792)

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa

Virgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral Consolidada	2012	2011
	Resultado líquido do exercício	(15.246.720)	(2.775.792)
	Ganhos no justo valor de imóveis e ativos tangíveis	-	-
	Reserva de reavaliação		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	4.297.405	(4.297.493)
	Reserva por impostos diferidos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(1.239.439)	1.354.650
	Reserva de ganhos e perdas atuariais	119.760	267.968
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	21	-
	Resultado não incluído na conta de ganhos e perdas	3.177.748	(2.674.876)
	Rendimento integral total do exercício	12.068.972	(5.450.668)

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal

Artur Luis Martins
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

	Exercício	Exercício Anterior	
Actividades Operacionais			
Recebimentos de prémios	145.693.118	178.122.302	
Recebimentos de reembolsos	2.630.207	2.569.826	
Recebimentos de operações de cosseguro	305.911	743.930	
Recebimentos de operações de resseguro	14.957.190	5.994.339	
Pagamentos de sinistros	-154.191.412	-157.373.702	
Pagamentos de comissões	-2.253.337	-2.757.490	
Pagamentos de estornos	-1.788.530	-1.465.405	
Pagamentos de operações de cosseguro	-953.115	-429.566	
Pagamentos de operações de resseguro	-16.843.850	-23.464.472	
Pagamentos a fornecedores	-10.759.692	-15.073.314	
Pagamentos ao pessoal	-13.700.700	-13.137.248	
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	-36.904.209	-26.270.799	
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	-38.787.207	-43.187.460	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	41.615.173	46.510.055	
<i>Fluxo gerado antes das rubricas não correntes</i>	-34.076.243	-22.948.204	
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	35.902	779.889	
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	-57.241	-161.922	
<i>Fluxo das actividades operacionais</i>	-34.097.583	-22.330.237	
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	215.507.144	151.970.096	
Activos tangíveis	7.000	980.822	
Activos intangíveis	0	0	
Subsídios de investimento	0	0	
Rendas de propriedades de investimento	253.638	175.542	
Juros e proveitos similares	7.645.547	7.207.629	
Dividendos	715.570	986.730	161.320.819
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	-193.339.962	-131.866.836	
Activos tangíveis	-1.652.412	-2.472.257	
Activos intangíveis	-77.240	-533.930	-134.873.023
<i>Fluxo das actividades de investimento</i>	29.059.285	26.447.795	
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15.000.000	22.500.000	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	17.500.000	2.500.000	
Subsídios e doações	0	0	
Venda de acções (quotas) próprias	0	0	
Cobertura de prejuízos	0	0	25.000.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	-10.000.000	-21.500.000	
Amortização de contratos de locação financeira	-17.238	-17.238	
Juros e custos similares	-995.975	-790.912	
Dividendos	0	-1.040.000	
Reduções de capital e prestações suplementares	0	0	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0	0	-23.348.150
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	21.486.787	1.651.850	
Variação de caixa e seus equivalentes	16.448.490	5.769.408	
Efeitos das diferenças de câmbio	-372	-1.181	
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.978.918	5.210.690	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27.427.036	10.978.918	

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de AdministraçãoAntónio Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteJorge José da Conceição Silva
VogalVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de outros ativos tangíveis		Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2010	26.000.000	46.546.001	(6.079.784)	172.649	1.642.850	2.771.674	920.158	679.527	(11.306.394)	581.311	61.927.992
Aumentos/reduções de capital											-
Transação de ações próprias											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			(4.297.493)								(4.297.493)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					1.354.650						1.354.650
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						303.450	303.450	1.387.597	(1.413.186)	(581.311)	-
Distribuição de reservas											-
Distribuição de lucros/prejuízos									(1.040.000)		(1.040.000)
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio								267.968			267.968
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	-	-	(4.297.493)	-	1.354.650	303.450	303.450	1.655.565	(2.453.186)	(581.311)	(3.714.876)
Resultado líquido do período										(2.775.792)	(2.775.792)
Distribuição antecipada de lucros											-
Interesses minoritários											-
Balanço a 31 de Dezembro 2011	26.000.000	46.546.001	(10.377.278)	172.649	2.997.499	3.075.123	1.223.607	2.335.092	(13.759.579)	(2.775.792)	55.437.324
Aumentos/reduções de capital		20.000.000									20.000.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			4.297.405								4.297.405
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					(1.239.439)						(1.239.439)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						10.445	10.445	83.561	(2.880.244)	2.775.792	-
Distribuição de reservas											-
Distribuição de lucros/prejuízos											-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio								119.760	21		119.780
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas				(172.649)					172.649		-
Total das variações do capital próprio	-	20.000.000	4.297.405	(172.649)	(1.239.439)	10.445	10.445	203.321	(2.707.574)	2.775.792	23.177.747
Resultado líquido do período										(15.246.720)	(15.246.720)
Distribuição antecipada de lucros											-
Interesses minoritários											-
Balanço a 31 de Dezembro 2012	26.000.000	66.546.001	(6.079.872)	-	1.758.061	3.085.569	1.234.053	2.538.413	(16.467.153)	(15.246.720)	63.368.351

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteJorge José da Conceição Silva
VogalVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações gerais

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Lusitania, foi constituída em 6 de junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos Não Vida, com exceção do ramo de seguros de crédito, para a qual obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das ações da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de ativos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também à aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das ações), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal direto, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de novembro de 2009 à aquisição de 85% das respetivas ações. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para a compra dos seus ativos e passivos em 23 de dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos ativos e passivos providos da Mutuamar concretizou-se em 31 de dezembro de 2009.

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volume de prémios, são os ramos Acidentes e Doença e Automóvel que representam, respetivamente, 25,6% e 45,9% dos prémios emitidos em 2012 do seguro direto (2011: 27.9% e 48.0%, respetivamente).

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principal canal de distribuição a sua rede de agentes.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2013.

2. Informação por segmentos

2.1. Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento operacional relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos da Companhia são: Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

2.2. Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais pode ser analisado como segue:

	2012				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	214.450.066	54.079.949	43.976.451	95.605.236	20.788.430
Prémios de resseguro cedido	32.220.835	1.803.970	16.918.772	7.040.478	6.457.615
Prémios brutos adquiridos	225.855.118	54.876.328	45.031.575	104.900.122	21.047.093
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	8.746.372	6.595.884	243.873	1.722.707	183.908
Custos com sinistros brutos	192.444.205	55.164.865	31.762.783	90.027.767	15.488.790
Custos de exploração brutos	56.550.403	13.922.735	10.882.122	28.707.735	3.037.811
Resultado técnico	(20.901.444)	(7.699.335)	1.521.346	(14.145.113)	(578.341)
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ⁽²⁾	373.385.967	157.702.657	43.802.385	147.477.098	24.403.827
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite ⁽³⁾	348.325.856	137.785.142	43.501.528	142.835.879	24.203.307

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de activos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção do ramo Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2012 a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas

	2011				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	259.023.308	71.378.483	47.180.100	122.617.235	17.847.490
Prémios de resseguro cedido	36.721.407	2.311.521	18.687.644	10.259.191	5.463.051
Prémios brutos adquiridos	257.360.987	71.201.881	46.699.525	121.903.638	17.555.943
Resultado dos investimentos	3.434.612	4.530.912	(417.308)	(494.791)	(184.201)
Custos com sinistros brutos	197.143.054	56.540.728	32.578.553	96.312.575	11.711.198
Custos de exploração brutos	65.123.282	19.330.295	12.359.900	30.112.681	3.320.406
Resultado técnico	(10.763.910)	898.551	209.035	(14.953.062)	3.081.566
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	338.985.637	138.219.605	131.076.522	66.401.725	3.287.785
Provisões técnicas	332.869.304	136.964.992	129.285.997	63.375.441	3.242.874

(1) Com a exceção do resultado dos investimentos de activos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

(2) Com a exceção do ramo Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

(3) Em 2012 a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas

As provisões técnicas, evidenciadas nos quadros acima, encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afetos à representação das provisões técnicas).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas (“demonstrações financeiras”) da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007, de 27 de abril, e articuladas com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se

discriminadas na Nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 38.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor, através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.3.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Lusitania ('Companhia mãe') incluem as contas da Lusitania, e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Companhia").

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo, que normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo, quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa, de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses que não controlam, excedem o interesse que não concorda no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas absorvidas e atribuídas a interesses que não controlam anteriormente pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as empresas subsidiárias incluídas na consolidação estão referidas na Nota 4.5.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

(ii) Goodwill e valor da carteira adquirida

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para operações ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional aos ativos e passivos adquiridos.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional dos ativos e passivos adquiridos, consoante a opção tomada. Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de *goodwill*. Após 1 de janeiro de 2010, o *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal & Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividades empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através

da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Contratos de seguro

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma nº 19/94-R, do ISP, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R, do ISP).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-

R e 3/96-R, do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

Esta provisão, em 31 de dezembro de 2012, ascende a 5.266.669 euros, face a 8.357.996 euros, em 2011.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pelo ISP e elaborada por métodos atuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

A Companhia calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, do ISP, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 4,50% e 1% de taxa de gestão;

A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pelo ISP e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT;

O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, *IBNER (Incurred But Not Enough Reserved)*, e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2012, *IBNR (Incurred But Not Reported)*, foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para todos os ramos, com a exceção do ramo Doença e da modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos acidentes de trabalho é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supraexposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtém-se a provisão atuarial para sinistros não declarados. Salienta-se que, o Atuário Responsável, efetuou uma revisão dos valores registados nesta provisão nos principais dos ramos calculados por percentagem (Automóvel e Multiriscos Habitação e Comércio), tendo concluído que os valores se encontram ajustados.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos

são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através do ganhos e perdas, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (bid-price) publicado pela Bloomberg ou, na falta destas pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) para os títulos de rendimento variável:

uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou

uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

(b) para os títulos de rendimento fixo:

existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	<u>Taxas Anuais</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e aparelhos	10 - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25 - 33.33%	3 a 4 anos
Mobiliário e equipamento	10 - 33%	3 a 10 anos
Material de transporte	25%	4 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

	<u>Taxas Anuais</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

iii) Ativos intangíveis

O *software* e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	<u>Taxa anual</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Software	33%	3 anos
Despesas em edificios arrendados	33%	3 anos

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos “cash-flows” futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal & Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

h) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 24, Imposto sobre o rendimento.

i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

j) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, a Companhia concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo e pré-reformados, calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida e por apólices de seguro contratadas junto da Alico e da Victoria.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano, deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos por contrapartida de reservas.

As responsabilidades da Companhia com complementos de pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

l) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

m) Relato por segmentos

Ver Nota 2.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

o) Terrenos e edifícios de rendimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

p) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

q) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2012 são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2012, não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

r) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

s) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a

intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em conformidade com o nº 2.2. do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, e em cumprimento da alínea c) do ponto 1 Artigo 3º da Norma Regulamentar 21/2003-R, de 26 de dezembro, do ISP.

Imputação dos custos por funções

Na medida do possível, todos os custos são imputados diretamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistro abertos no período;
- função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- função administrativa – proporcionalmente à receita;
- função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.”

3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.

Durante o exercício a Companhia procedeu à alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais associados a benefícios pós-emprego, ver Nota 3.1.

3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos

principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

b) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

c) Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

d) Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

e) Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro anos.

Assim sendo, é possível que haja correções á matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

f) Imparidade do *goodwill*

O valor recuperável do goodwill registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

4. Consolidação

4.5. Informação financeira resumida das filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, incluindo as quantias agregadas de ativos, passivos, rendimentos e resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas da Lusitania acomodam a consolidação integral das demonstrações financeiras individuais da Lusitania com as demonstrações da N Seguros, em 31 de dezembro de 2012.

A Lusitania não procedeu à consolidação integral das participações financeiras detidas em filiais com atividades não seguradoras, Sociedade Portuguesa de Administrações, SA e Mutua Formação Unipessoal, Lda, cuja atividade principal é imobiliária e de formação, respetivamente, devido à imaterialidade dos montantes das respetivas demonstrações financeiras individuais no contexto das demonstrações financeiras consolidadas da Lusitania.

As respetivas quantias agregadas de ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e resultados líquidos em 31 de dezembro de 2012, são como segue:

Sociedade Portuguesa de Administrações, SA (detida a 80,63%)

Ativo: 4.073 mil euros

Passivo: 2.876 mil euros

Capital Próprio: 1.197 mil euros

Rendimentos: 2.510 mil euros

Resultado líquido: -105 mil euros

Lykeion-Centro de Conhecimento (Ex:Mútua Formação Unipessoal, Lda (detida a 100%))

Ativo: 29 mil euros

Passivo: 35 mil euros

Capital Próprio: -6 mil euros

Rendimentos: 80 mil euros

Resultado líquido: 7 mil euros

Fonte: Relatório e contas de 2011

A Lusitania não procedeu ao registo pelo método da equivalência patrimonial da participação financeira na associada Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, SA, devido à imaterialidade do valor envolvido. Caso tivesse aplicado o referido método, o seu ativo viria incrementado em 391 milhares.

Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, SA (detida a 24,5%)

Ativo: 1.902 mil euros

Passivo: 305 mil euros

Capital Próprio: 1.597 mil euros

Rendimentos: 1.586 mil euros

Resultado líquido: 47 mil euros

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro**5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro**

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	130.525.125	29.596.096	109.531.021	8.601.992
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	23.634.179	16.797.088	12.695.265	5.858.174
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	96.771.361	34.612.907	66.946.077	4.787.623
- OUTRAS COBERTURAS	17.773.445	10.874.372	5.409.542	-1.489.531
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.401.487	4.208.185	1.829.144	2.635.842
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	13.279.706	2.977.620	11.610.504	1.308.418
CRÉDITO E CAUÇÃO	902.290	89.961	706.739	-105.590
PROTECÇÃO JURÍDICA	12.689	24.170	20.251	31.731
ASSISTÊNCIA	373	16	2.830	2.473
DIVERSOS	2.538.911	1.740.983	1.522.183	724.255
TOTAL	288.839.567	100.921.398	210.273.556	22.355.386
TOTAL GERAL	288.839.567	100.921.398	210.273.556	22.355.386

As provisões incluem 13.512.273 euros, em 2012, face a 15.243.732 euros, em 2011, para sinistros abertos posteriormente ao exercício de ocorrência, e acrescem 2.369.284 euros, em 2012, face a 1.997.612 euros, em 2011, para custos a imputar no futuro, relativos a sinistros pendentes.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

2012				
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	48.550.608	4.389.770	2.224.487	55.164.865
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	29.519.541	3.146.574	-2.533.882	30.132.233
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	61.894.980	3.448.799	266.604	65.610.383
- OUTRAS COBERTURAS	27.095.213	1.521.923	-4.199.752	24.417.384
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	8.957.829	132.630	2.244.200	11.334.659
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.115.798	256.985	-759.514	2.613.269
CRÉDITO E CAUÇÃO	267.411	1.527	-95.725	173.213
PROTECÇÃO JURÍDICA	593	60.491	10.341	71.425
ASSISTÊNCIA	0	107.710	2.457	110.167
DIVERSOS	1.723.383	1.855	-539.181	1.186.057
TOTAL	181.125.356	13.068.264	-3.379.965	190.813.655
RESSEGURO ACEITE	1.624.834	5.716	0	1.630.550
TOTAL GERAL	182.750.190	13.073.980	-3.379.965	192.444.205

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	56.192.893	3.717.344	-3.369.509	56.540.728
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	26.201.049	2.518.064	2.156.403	30.875.516
- RESPONSABILIDADE CIVIL	66.217.846	2.633.313	-4.150.476	64.700.683
- OUTRAS COBERTURAS	30.379.393	1.290.032	-190.509	31.478.916
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5.370.885	280.765	395.478	6.047.128
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.738.900	349.410	-189.649	2.898.661
CRÉDITO E CAUÇÃO	7.177	774	36.780	44.731
PROTECÇÃO JURÍDICA	635	52.243	-2.615	50.263
ASSISTÊNCIA	0	104.314	-1.392	102.922
DIVERSOS	1.126.474	4.175	1.568.992	2.699.640
TOTAL	188.235.252	10.950.434	-3.746.497	195.439.188
RESSEGURO ACEITE	1.702.120	1.746	0	1.703.866
TOTAL GERAL	189.937.372	10.952.180	-3.746.497	197.143.054

5.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes subriscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O peso da carteira Automóvel fixou-se, em 2012, em 45,9% do total, reflete a estratégia de dispersão de riscos, com maior peso dos particulares. A evolução verificada traduz uma transferência de grandes riscos, associados a grandes empresas, para uma carteira *risk mix*, reduzindo o impacto da respetiva volatilidade. Para o efeito, foram criadas novas soluções orientadas para estes segmentos e mais adequadas ao perfil de cliente.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.

A evolução da provisão para sinistros consolidada pode ser analisada como segue:

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
2004	34.265.407	11.947.623	8.921.867	6.645.608	6.103.632	16.998.760	13.367.770	11.624.767	9.890.829
2005		40.709.167	19.820.791	13.040.321	10.511.579	21.524.303	15.548.154	12.233.074	11.076.819
2006			55.393.184	25.971.066	18.020.173	28.958.758	23.884.492	20.416.490	19.028.551
2007				50.084.872	23.758.984	31.913.266	23.101.932	19.614.212	18.314.452
2008					47.208.688	44.671.197	28.580.917	21.195.127	19.141.348
2009						89.451.291	43.632.844	24.327.589	20.739.129
2010							90.452.582	35.394.691	23.845.502
2011								92.599.208	40.780.405
2012									70.402.706

Montantes

pagos para os anos de	34.848.195	51.054.054	77.564.551	89.516.695	84.090.520	90.402.394	175.055.772	191.417.587	187.992.566
-----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------

5.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

A Lusitania está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, resulta o fato de o risco financeiro, a que a Companhia está exposta, corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades, em consequência de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

• Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de ações, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração.

O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Na Lusitania, a gestão do risco de mercado respeita as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Investimentos financeiros por país emitente

	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	203.247.052	74,13%	229.746.630	84,26%
Espanha	16.933.786	6,18%	12.467.545	4,57%
França	6.491.321	2,37%	1.492.792	0,55%
Alemanha	3.882.251	1,42%	2.580.307	0,95%
Estados Unidos	3.451.657	1,26%	2.391.695	0,88%
Países Baixos	2.303.591	0,84%	755.691	0,28%
Reino Unido	6.587.353	2,40%	4.047.493	1,48%
Itália	8.695.522	3,17%	3.523.847	1,29%
Áustria	615.569	0,22%	614.030	0,23%
Luxemburgo	7.768.139	2,83%	4.652.889	1,71%
Outros	14.190.508	5,18%	10.396.004	3,81%
TOTAL	274.166.749	100,00%	272.668.923	100,00%

O risco da carteira encontra-se localizado, essencialmente, em território português ou da União Europeia. No entanto, com a integração, em 2009, das carteiras da ex-Real Seguros e da Mutuamar, a concentração dispersou-se por outros países, entre os quais os Estados Unidos e “Outros”, onde se incluem 5.640.370 euros referentes a investimentos localizados no Bahrein e o restante noutros países europeus, mas cujo valor por país não excede um milhão de euros. À exceção destes casos, não se verificou nenhuma outra alteração significativa quanto à concentração dos investimentos noutros países da Europa ou do mundo. À exceção de um título moçambicano, a totalidade da carteira da Companhia está denominada em euros.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	97.591.352	59,2%	140.731.020	82,0%
Variável	64.005.415	38,8%	30.944.645	18,0%
Cupão Zero	3.173.265	1,9%	-	0,00%
<i>Defaulted</i>	47.135	0,1%	5.893	0,00%
TOTAL	164.817.168	100,0%	171.681.558	100,00%

• Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações

financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia, sendo efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira e a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos quer ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Rating da carteira de obrigações

	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
AAA	120.787	0,07%		0,00%
AA+	260.294	0,16%	109.904	0,06%
AA	332.938	0,20%		0,00%
AA-	1.630.848	0,99%	336.038	0,20%
A+	4.613.922	2,80%	2.244.702	1,31%
A	13.025.034	7,90%	2.108.401	1,23%
A-	43.017.507	26,10%	9.538.625	5,56%
BBB+	6.688.600	4,06%	2.142.976	1,25%
BBB	4.576.452	2,78%	5.424.842	3,16%
BBB-	1.672.784	1,01%	6.815.720	3,97%
BB+	5.268.751	3,20%	2.867.758	1,67%
BB	59.717.483	36,23%	81.877.902	47,69%
BB-	10.734.010	6,51%	8.800.985	5,13%
B+	1.010.942	0,61%	35.013.449	20,39%
B	1.735.841	1,05%	2.726.369	1,59%
B-		0,00%		0,00%
CCC	1.606.700	0,97%	791.593	0,46%
CC		0,00%		0,00%
C		0,00%	95.697	0,06%
D		0,00%	5.892	0,00%
Desconhecido	8.804.274	5,34%	10.780.701	6,28%
TOTAL	164.817.168	100,00%	171.681.558	100,00%

A degradação dos *ratings* da carteira está intimamente relacionada com a degradação do *rating* da dívida soberana dos Estados Europeus e das emissões das principais empresas do espaço europeu. Contudo, e, apesar desta conjuntura, cerca de 39% da carteira tem uma notação de A- ou superior, embora não haja qualquer ativo de *rating* AAA. Refira-se que aos ativos anteriormente incluídos na rubrica com *rating* desconhecido e que neste exercício se encontram classificados com a notação da respetiva empresa mãe, cerca de 34 milhões de euros se referem a ativos emitidos pelo Grupo Montepio Geral, cujo *rating* é B+.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

Ressegurador	<i>Rating</i>
Swiss Re (líder)	AA-
Amlin	A
Axis Re	A
Endurance	A
Hannover Ruck	AA-
Mapfre Re	A-
Mitsui Sumitomo	AA-
MMA - Groupe Covea*	Api
Münchener Rück	AA-
Nacional Reaseguros	A-
Odyssey Re	A-
PartnerRe	AA-
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	A+
Secura	A+
Sirius	A-
Trans Re	A+

* Empresa mútua não cotada em bolsa

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente e realização de auditorias pela área de Auditoria a Agentes, sob o comando da Direção da Gestão de Contas.

• Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias. Estes processos tiveram particular destaque nos últimos anos que foram bastante atribulados nos mercados financeiros com a crise a originar uma reduzida liquidez dos mercados.

Duração da Carteira de Obrigações

	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
< 6 meses	50.423.843	30,59%	31.051.623	18,09%
6 meses a 1 ano	4.383.159	2,66%	18.457.326	10,75%
1 ano a 3 anos	39.725.736	24,10%	35.858.265	20,89%
3 anos a 5 anos	12.748.445	7,73%	20.781.489	12,10%
5 anos a 10 anos	45.420.875	27,56%	55.659.364	32,42%
> 10 anos	12.115.109	7,35%	9.873.492	5,75%
TOTAL	164.817.168	100,00%	171.681.558	100,00%

Tal como se constata da leitura dos quadros acima, conjugados com o quadro apresentado no Anexo 1, a carteira da Companhia é essencialmente constituída por obrigações (44,3%), quer de Dívida Pública quer de outras entidades, e por imóveis (21,5%). Os ativos com maiores níveis de liquidez, ações, obrigações e liquidez de curto e médio prazo representam mais de 69% dos ativos em carteira. Tanto a duração como a maturidade da carteira de obrigações apresentam valores que permitem assegurar e garantir a cobertura integral do risco de liquidez.

• Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Como forma de mitigação do risco operacional, a Lusitania tem em curso um projeto para atualizar a sua cadeia de valor, com identificação dos riscos associados a cada processo, de modo a reavaliar a frequência e impacto dos referidos riscos. Na sequência, encontra-se também em desenvolvimento, a redefinição de controlos e métricas de modo a ajustar o modelo de controlo interno.

Com o intuito de minimizar o risco do sistema de informação, está em curso um projeto para certificação da norma ISO 27001, que possibilita a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos de negócio/atividade da Companhia.

As auditorias de segurança e peritagens técnicas, realizadas durante o ano de 2012, apresentaram um elevado grau de segurança. Assim, em 45 testes aplicacionais realizados, apenas foram detetadas 2 vulnerabilidades em *sites* públicos. Da mesma

forma, apenas foram identificadas 4 vulnerabilidades no total de 1408 testes realizados a sistemas operativos e de base em máquinas acessíveis pela *internet*.

Ainda no âmbito da segurança, foi realizado um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN), já no início do corrente ano, onde foram detetadas algumas ineficiências que estão a ser suplantadas. Para atestar a validade do PCN, os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável.

Da mesma forma, de modo a garantir a continuidade do negócio, também durante o corrente ano foram realizados testes de *disaster recovery*, em setembro e em novembro, com resultados muito positivos.

5.4. Quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período relativamente a ativos de resseguro e as razões que suportam essa imparidade.

Não se verificaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 perdas de imparidade relativamente a ativos de resseguro.

5.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros, avaliadas pelo Atuário Responsável, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2012.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na modalidade de Acidentes de Trabalho e no ramo Multirriscos Habitação. Mercê da conjuntura adversa, os ramos de Multirriscos Comércio, Doença e Automóvel revelam um comportamento menos favorável.

5.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade⁴, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

⁽⁴⁾ Rácios de sinistralidade = Custos com sinistros/Prémios adquiridos

Taxas de sinistralidade de seguro direto

Ramo	2012	2011
Acidentes e Doença	92,5%	74,2%
Incêndio e Outros Danos	64,4%	65,1%
Automóvel	79,9%	75,7%
Transportes	105,8%	64,8%
Responsabilidade Civil	47,0%	44,8%
Outros	52,9%	92,3%
Total	80,4%	72,6%

Rácio de sinistros resseguro cedido / Sinistros seguro direto

Ramo	2012	2011
Acidentes e Doença	3,1%	1,3%
Incêndio e Outros Danos	50,1%	42,4%
Automóvel	1,9%	0,9%
Transportes	16,5%	30,4%
Responsabilidade Civil	-39,8%	-1,5%
Outros	93,2%	96,6%
Total	10,7%	10,3%

Rácio de Custos com sinistros resseguro cedido / prémios resseguro cedido

Ramo	2012	2011
Acidentes e Doença	96,9%	22,5%
Incêndio e Outros Danos	82,9%	63,6%
Automóvel	20,7%	8,2%
Transportes	53,7%	44,1%
Responsabilidade Civil	-155,1%	-4,6%
Outros	225,2%	325,7%
Total	62,2%	47,1%

5.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros:

Reembolsos	2012	2011
- Em aberto com menos de 1 ano	1.485.179	4.371.472
- Em aberto com mais de 1 ano	3.561.552	2.394.861
Totais	5.046.731	6.766.333

6. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	2012	2011
Depósitos de resseguradores	7.289.292	8.986.665
Empréstimos obrigacionistas	20.500.000	20.500.000
Conta caucionada	15.000.000	10.000.000
Total	42.789.292	39.486.665

A rubrica Empréstimos obrigacionistas refere-se a obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Conta caucionada inclui o montante de Euros 15 milhões referente a uma conta caucionada na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica incluía o montante de Euros 10 milhões de conta caucionada contraída na Caixa Económica Montepio Geral.

7. Instrumentos financeiros

Rubricas de balanço

Instrumentos Financeiros	31-12-2012	31-12-2011
Ativos financeiros detidos para negociação	2.857.639	3.085.303
Ativos financeiros disponíveis para venda	141.032.590	147.588.576
Investimentos a deter até maturidade	64.801.335	65.972.729
Empréstimos concedidos e contas a receber	30.648.716	39.730.663
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.005.341	5.914.292
Total	244.345.619	262.291.563

A rubrica ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2012	2011
	Justo valor	Justo valor
Obrigações		
De outros emissores públicos	-	40.215
De outros emissores	2.857.639	3.045.088
Total	2.857.639	3.085.303
Os quais desagregam-se do seguinte modo:		
Nível I	2.857.639	3.085.303
Nível II	-	-
Nível III	-	-
Total	2.857.639	3.085.303

De acordo com os requisitos da IFRS 7, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

2012					
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida					
Dívida pública	33.991.379	528.578	-	632.365	35.152.322
Outros emissores	72.908.740	(6.605.985)	(201.818)	611.216	66.712.153
	106.900.119	(6.077.407)	(201.818)	1.243.580	101.864.475
Acções	15.132.551	1.746.685	(889.980)	-	15.989.256
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	24.373.643	875.262	(2.070.045)	-	23.178.860
	39.506.194	2.621.947	(2.960.025)	-	39.168.116
Total	146.406.314	(3.455.460)	(3.161.844)	1.243.580	141.032.590
Os quais desagregam-se do seguinte modo:					
Nível I					113.642.790
Nível II					27.389.800
Nível III					-
Total					141.032.590

2011					
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida					
Dívida pública	3.042.948	(191.397)	-	33.288	2.884.849
Outros emissores	98.695.274	(8.980.333)	-	1.058.227	90.773.168
	101.738.222	(9.171.730)	-	1.091.515	93.658.017
Acções	17.511.980	812.307	(4.724.143)	-	13.600.144
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	40.252.934	1.361.559	(1.286.047)	-	40.328.446
	57.764.914	2.173.866	(6.010.190)	-	53.928.590
Total	159.503.136	(6.997.864)	(6.010.190)	1.091.515	147.586.607
Os quais desagregam-se do seguinte modo:					
Nível I					132.045.842
Nível II					15.540.765
Nível III					-
Total					147.586.607

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

2012			
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	43.740.413	991.598	45.862.159
De outros emissores	20.043.172	466.267	18.939.176
Total	63.783.585	1.457.865	64.801.335

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	2012	2011
Depósitos junto de empresas cedentes	437.852	475.723
Outros depósitos	15.125.393	24.352.743
Empréstimos concedidos	15.085.471	14.902.197
Total	30.648.716	39.730.663

A rubrica Empréstimos Concedidos inclui valores entregues à Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. no montante de 3 milhões de euros, mantendo-se o capital em dívida inalterado face ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Empréstimos concedidos inclui ainda valores entregues à Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A., no montante de 10 milhões de euros, face a 2,1 milhões de euros.

A carteira de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas é apresentada como segue:

	2012			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	57.051	-	2.158.110,94
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.182.003	(943.834)	-	2.847.230
Total	7.373.037	(886.783)	-	5.005.341

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

Nível I	5.005.341
Nível II	-
Nível III	-
Total	5.005.341

	2011			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	(189.208)	99.234	2.101.060
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.204.171	(1.740.958)	350.019	3.813.232
Total	7.395.205	(1.930.166)	449.253	5.914.292

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

Nível I	5.914.292
Nível II	-
Nível III	-
Total	5.914.292

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.250.630	33.489.042	525.468	4,0	4	1
Ativos financeiros detidos até a maturidade	44.886.409	47.005.050	-	4,3	4	1
Totais	78.137.039	80.494.092	525.468			

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.033.760	2.033.760	(20.231)	2,9	20	1
Ativos financeiros detidos até a maturidade	51.746.287	44.937.460	-	4,4	6	1
Totais	53.780.047	46.971.220	(20.231)			

7.4. Prestação de informação acerca de reclassificações, incluindo o impacto e a razão da reclassificação.

Durante o exercício de 2011, a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de aquisição	Valor de balanço	Na data de transferência				Valor de mercado em dezembro de 2012	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2012 ^(c)
			Reserva de justo valor		Valor dos <i>cashflows</i> futuros ^(a)	Taxa efetiva ^(b)		
			Positiva	Negativa				
De ativos financeiros disponíveis para venda	31.677.801	34.428.706	-	(3.354.376)	46.934.678	6,4%	28.567.017	770.305

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

(c) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2012 foi de 567.857 euros, face a 202.448 euros, em 2011.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	2012	2011
Impacto em reservas de justo valor	(11.941.561)	(13.278.187)
Efeito fiscal	3.463.053	3.850.674
Total	(8.478.508)	(9.427.512)

7.10. Indicação, para as classes de ativos financeiros e de passivos financeiros não valorizados a justo valor, do correspondente justo valor de forma a permitir a sua comparação com as quantias escrituradas, exceto: a) quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor; b) relativamente a

investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo; ou c) relativamente a derivados associados a tais instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	27.427.035	27.427.035	10.978.918	10.978.918
Empréstimos concedidos e contas a receber	30.648.716	30.648.716	42.230.663	42.230.663
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	77.461.345	77.461.345	93.888.126	93.888.126
Investimentos a deter até à maturidade	66.953.201	64.801.335	54.648.079	65.972.729
Ativos financeiros ao custo amortizado	202.490.297	200.338.431	201.745.786	213.070.436
Outros passivos financeiros	37.533.437	42.789.292	39.486.665	39.486.665
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30.179.406	30.179.406	26.682.219	26.682.219
Passivos financeiros ao custo amortizado	67.712.843	72.968.698	66.168.884	66.168.884

7.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:

a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de ativos financeiros e de passivos financeiros;

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Lusitania são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado

ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

7.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro: é um risco que existe para todos os ativos e responsabilidades onde o valor é sensível às volatilidades na taxa de juro. São riscos que resultam dos investimentos em obrigações ou da aplicação da taxa de juro no cálculo das responsabilidades (*best estimate*).

Ver Nota 5.3.

Riscos de *spread*: são a componente dos riscos associada aos instrumentos financeiros que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre uma taxa de juro sem risco.

Ver Nota 5.3.

Riscos de câmbio: são os que resultam de alterações da taxa de câmbio e surgem quando a carteira de ativos e de responsabilidades não são da mesma moeda ou se os contratos estão definidos numa moeda diferente da calculada para o prémio.

Risco das ações (*equity*): são os riscos associados a uma carteira de ações e resultam da volatilidade dos preços de mercado acionistas. A exposição ao *equity risk* reflete-se em todos os ativos e responsabilidades cujo valor é sensível às alterações dos preços das ações.

7.17. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

A exposição aos riscos financeiros traduz a política de investimento da Companhia, enquadrada por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora, conforme Nota 5.3.

e) Análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez;

A Companhia procedeu em 31 de dezembro de 2009 a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de Euros 18 milhões, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 100bp. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Em 30 de dezembro de 2011 a Companhia procedeu adicionalmente à emissão de obrigações subordinadas no montante de Euros 2,5 milhões, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250bp. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Após o final do 5º ano de vida de ambos os empréstimos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, a emitente poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa, com antecipação de cinco anos em relação à data do reembolso.

A Companhia possui igualmente, em 31 de dezembro de 2012, uma conta corrente caucionada e um empréstimo no Montepio Geral, no montante de Euros 15 milhões, tendo sido liquidada a primeira em janeiro de 2013.

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.

	2012	2011
Numerário	28.173	45.592
Depósitos à ordem	27.398.863	10.933.326
Total	27.427.036	10.978.918

9. Terrenos e edifícios

9.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

O modelo de valorização utilizado para os terrenos e edifícios de uso próprio é o Modelo do Custo. Para os terrenos e edifícios de rendimento é utilizado o Modelo do Justo Valor.

9.2. Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respetivamente, nas IAS 16 e 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adota o princípio da recuperabilidade do ativo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração da IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

Modelo de justo valor

9.3. Indicar em que medida o justo valor do terreno e edifício de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente que possua uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tenha experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está a ser valorizada.

O valor dos terrenos e edifícios de rendimento avaliados é, segundo o critério utilizado pelo perito independente, de acordo com a Norma Regulamentar nº 16/99-R, do Instituto de Seguros de Portugal e baseia-se em visita ao local e mercado imobiliário da zona. O método utilizado é aquele que, na opinião do perito, melhor se adequa a cada caso concreto.

No exercício de 2012, e de acordo com as informações recolhidas junto dos peritos avaliadores a quem a Companhia normalmente recorre, não seriam expetáveis oscilações significativas dos valores de mercado deste tipo de ativos, pelo que não foram efetuadas avaliações à totalidade dos imóveis de rendimento detidos, mas tão-somente a alguns, com impacto negativo de cerca de Euros 97 milhares (ver Nota 37.4 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro).

9.5. Reconciliação entre as quantias escrituradas do terreno e edifício no início e no fim do período, evidenciando:

a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um ativo;

Descrição	Saldo inicial		Aumentos		Transf. / Benfeitorias	Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Aquisições	Reavaliações e diminuições	Valor	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
De rendimento									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	26.824.745	29.553.162	1.931.016	(97.274)	(354.896)	1.055.740	1.261.007	27.717.323	29.771.001
Total	26.824.745	29.553.162	1.931.016	(97.274)	(354.896)	1.055.740	1.261.007	27.717.323	29.771.001

Modelo do custo**9.6. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.**

No reconhecimento inicial dos valores dos terrenos e edifícios de serviço próprio, a Companhia utilizou o custo de aquisição original, atribuindo aos respetivos terrenos 30% do valor, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada imóvel é revista em cada data de relato financeiro.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflete o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do ativo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de ativos.

A Companhia realiza ainda, a cada data de reporte, testes de imparidade para averiguar se o valor escriturado do ativo excede o seu valor recuperável. No caso de a diferença entre o valor recuperável e o valor escriturado do ativo ser negativa, é reconhecida uma perda por imparidade nesse montante. Na aplicação deste procedimento, a Companhia aplica a metodologia constante da IAS 36 em articulação com o IAS 16.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na Nota 3.1 g).

9.7. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Ver Nota 9.8

9.8. Mapa com evolução das quantias escrituradas entre o início e o fim do exercício (incluindo adições e abates).

Descrição	Saldo inicial							Saldo final		
	Valor de aquisição	Valor de balanço			Depreciações			Transf. / Benfeitorias	Valor de aquisição	Valor de balanço líquido
De serviço próprio		Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido	Do Exercício	Regularizações	Acumuladas			
Terrenos	3.166.369	7.486.605	-	7.486.605	-	-	-	-	3.166.369	7.486.605
Edifícios	13.289.090	40.716.343	3.009.553	37.706.790	780.935	(12.214)	3.778.274	411.329	13.703.127	37.349.396
Total	16.455.459	48.202.948	3.009.553	45.193.395	780.935	(12.214)	3.778.274	411.329	16.869.496	44.836.001

9.9. Indicação do justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento, sem prejuízo dos casos específicos considerados na Nota 9.19.

Ver Nota 9.5 a)

9.17. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a:

a) Rendimentos de rendas de terrenos e edifícios de rendimento;

No exercício de 2012, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de 566.723 euros, face a 420.820 euros, em 2011.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Prestação da informação exigida nas Notas 9.20 a 9.23 e a associada ao correspondente modelo de valorização utilizado.

A informação constante nas Notas 9.20 a 9.23 não é aplicável aos ativos fixos tangíveis da Companhia.

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Modelo do custo

10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revisto a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objetiva que o valor escriturado dos ativos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, uma vez que é o que melhor reflete o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do ativo. Esse método é aplicado, consistentemente, a toda a classe de ativos.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na Nota 3.1 g).

10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; Reconciliação entre as quantias escrituradas dos ativos tangíveis no início e no fim do período;

Os movimentos ocorridos no exercício de 2012 relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos			Depreciações + Imparidade			Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transferências/ Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	7.498.047	6.541.216	956.832	736.341	2.097.811	-	616.951	(1.900.819)	10.332.199	9.058.986	1.273.213
Máquinas e Ferramentas	1.076.687	1.004.992	71.695	9.225	160.286	-	37.826	(136.394)	1.246.198	1.179.213	66.985
Equipamento Informático	7.858.643	6.567.285	1.291.357	387.135	(2.113.064)	2.429	841.280	1.903.496	6.130.285	5.505.069	625.216
Instalações interiores	2.929.628	1.935.102	994.526	-	1.063.022	-	275.157	(711.709)	3.992.650	2.921.968	1.070.682
Património Artístico	1.130.226	-	1.130.226	4.791.658	-	-	-	-	5.921.884	-	5.921.884
Outras imobilizações corpóreas	1.274.025	882.372	391.653	240	(1.173.208)	-	598	783.800	101.057	99.170	1.887
Equipamentos em Locação Financeira	309.019	426.987	(117.968)	-	(83.312)	-	56.427	278.564	225.707	204.850	20.857
Imobilizações em curso	47.652	-	47.652	380.975	(390.819)	-	-	-	37.808	-	37.808
Total	22.477.714	17.677.803	4.799.911	6.305.574	(439.284)	26.762	1.833.055	216.963	128.317.242	19.293.895	9.023.346

10.3. Reconciliação entre as quantias escrituradas dos ativos tangíveis no início e no fim do período, evidenciando:

a) **Adições**, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um ativo;

Ver Nota 10.2.

b) **Adições que resultem de aquisições por intermédio de concentrações de atividades empresariais;**

Ver Nota 10.2.

d) **Depreciações;**

Ver Nota 10.2.

e) **A quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período de acordo com a IAS 36;**

Não foram registadas perdas nem reversões por imparidade.

g) **Transferências; e**

Ver Nota 10.2.

h) **Outras alterações.**

Nada a assinalar.

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

As rubricas de investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2012		
	Afectos	Livres	Total
Caixa e equivalentes	27.427.036		27.427.036
Terrenos e edifícios	72.838.673	1.768.329	74.607.002
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	50.000	896.268
Activos financeiros detidos para negociação	2.857.639	-	2.857.639
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	5.005.341	-	5.005.341
Activos financeiros disponíveis para venda	135.196.483	5.836.107	141.032.590
Empréstimos e contas a receber	15.442.861	15.205.855	30.648.716
Activos a deter até à maturidade	64.801.335	-	64.801.335
Outros Activos	180.972	181.905.130	182.086.102
TOTAL	324.596.606	204.765.421	529.362.027

	2011		
	Afectos	Livres	Total
Caixa e equivalentes	10.978.918	-	10.978.918
Terrenos e edifícios	73.016.036	1.730.521	74.746.557
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	50.000	896.268
Activos financeiros detidos para negociação	3.085.303	-	3.085.303
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	5.914.292	-	5.914.292
Activos financeiros disponíveis para venda	141.681.986	5.906.591	147.588.577
Empréstimos e contas a receber	24.352.811	15.377.852	39.730.663
Activos a deter até à maturidade	65.972.729	-	65.972.729
Outros Activos	210.209	196.849.691	197.059.900
TOTAL	326.058.552	219.914.655	545.973.207

12. Ativos intangíveis

12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado

O *software* e as despesas em edifícios arrendados encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividade s empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Companhia, como segue:

milhares de euros	
2012	
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
N Seguros	13.727
Total	32.401

A imparidade do *goodwill* é testada tendo por base, o valor recuperável da Lusitania. O valor recuperável foi determinado com base no valor atual dos dividendos futuros que se espera obter com a Companhia, e teve por base o *business plan* aprovado pela gestão assumindo um crescimento de 2% na perpetuidade e uma taxa de desconto de 12,5%, não havendo necessidade de proceder ao registo de quaisquer perdas.

12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de ativo intangível, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

	Vida útil finita	Taxa de amortização
Despesas com Aplicações Informáticas	Sim	33,33%
Carteira de Negócios da Real Seguros	Sim	Ver nota 12.1
Despesas em Edifícios Arrendados	Sim	33,33%

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	Saldo Inicial			Aquisições	Transferências	Regularizações Amortizações	Reforço Amortizações	Saldo Final		
	Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido					Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido
Despesas com Aplicações Informáticas	1.291.885	1.275.031	16.854	-	822.404	822.403	16.853	469.481	469.481	-
Carteira de Negócios da Real Seguros	17.326.816	3.091.183	14.235.633	-	-	-	1.782.341	17.326.816	4.873.524	12.453.292
Despesas em edifícios arrendados	3.042.355	199.077	2.843.278	34.592	31.263	75.345	137.101	3.045.684	260.833	2.784.851
Ativos Intangíveis em Curso	-	-	-	44.082	44.082	-	-	-	-	-
Total	21.661.056	4.565.291	17.095.765	78.674	897.749	897.748	1.936.295	20.841.981	5.603.838	15.238.143

d) Os itens de cada linha da conta de ganhos e perdas em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;

A amortização anual dos ativos intangíveis atingiu o valor de 1.936 milhares de euros e foi imputada às funções custos com sinistros, no valor de 540 mil euros, a custos de aquisição, em 1.131 mil euros e a custos administrativos em 265 mil euros.

e) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual que seja material;

O valor remanescente do valor da carteira da Real, será amortizado como segue:

Ano	Amortizações
2013	1.503.211
2014	1.264.768
2015	1.241.717
2016	967.923
2017	936.950
2018	840.300
2019	764.823
2020	707.265
2021	664.997
2022	634.878
2023	567.024
2024	507.274
2025	437.047
2026	363.463
2027	355.813
2028	322.128
2029	373.711

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadros seguintes:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	2.162.435	1.901	42.203	2.122.133
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	2.717.119	1.729.918	256.004	4.191.033
Total	4.879.554	1.731.819	298.207	6.313.166

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	-
492 - Outras provisões	4.594.345	2.135.326	1.966.879	4.762.792
Total	4.594.345	2.135.326	1.966.879	4.762.792

13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses exfluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso

esperado com referência a qualquer ativo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso;

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

No que diz respeito aos ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa a mesma é constituída de acordo as exigências do normativo fiscal e destina-se a acautelar incobrabilidade de ativos.

Relativamente às outras provisões, importa referir que em 31 de dezembro de 2012 esta rubrica inclui o montante de 814.081 euros, face a 814.081 euros, referente a uma provisão para contingências fiscais.

13.3. Indicação, relativamente a contratos de seguro com garantias suspensas por falta de pagamento de prémios, do seguinte:

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	2012	2011
Lusitania	4.758.385	4.713.215
N Seguros	92.722	68.078
Total	4.851.107	4.781.294

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu em Ganhos e Perdas, prémios resultantes de contratos de seguro, no valor de 214.450.066 euros. Em 2011, o montante foi de 259.023.309 euros.

14.3. Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não vida entre seguro direto e resseguro aceite e, dentro do seguro direto, entre os vários ramos/grupos de ramos, conforme Anexo 4.

Em 31 de dezembro de 2012, a atividade da Companhia pode ser analisada como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	54.078.738	54.875.796	55.164.130	13.922.623	411.125
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	41.068.531	41.907.564	30.132.233	9.553.876	(743.065)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	56.900.824	62.215.078	57.613.418	18.903.978	290.683
- OUTRAS COBERTURAS	28.174.403	31.984.669	22.509.502	8.098.170	(6.146.946)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	12.063.946	11.864.967	11.334.659	782.051	(1.381.696)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.774.317	5.015.931	2.613.269	1.426.667	(1.483.065)
CRÉDITO E CAUÇÃO	255.675	264.488	173.213	31.742	42.687
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.358.895	1.510.953	42.389	393.707	0
ASSISTÊNCIA	374.516	374.527	2.473	50.800	(170.895)
DIVERSOS	386.869	437.211	1.186.057	100.374	854.585
TOTAL	211.542.146	222.731.107	190.813.655	55.222.157	(9.737.708)
RESSEGURO ACEITE	2.907.920	3.124.011	1.630.550	1.328.246	0
TOTAL GERAL	214.450.066	225.855.118	192.444.205	56.550.403	(9.737.708)

2011

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	71.378.483	71.201.881	56.540.728	19.330.295	(180.211)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	43.671.927	43.560.550	30.875.516	11.086.271	(1.604.122)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	79.307.446	78.429.159	64.700.682	20.440.421	(641.933)
- OUTRAS COBERTURAS	41.798.470	41.937.028	31.478.917	9.410.354	(7.150.951)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.055.555	8.897.996	6.047.128	1.002.476	(1.038.221)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.722.716	5.694.543	2.898.662	1.670.400	(804.628)
CRÉDITO E CAUÇÃO	296.517	220.137	44.731	43.367	(25.185)
PROTECÇÃO JURÍDICA	2.110.900	2.103.227	50.264	461.669	0
ASSISTÊNCIA	1.588.820	1.598.823	102.922	262.705	(1.617.739)
DIVERSOS	584.301	578.668	2.699.637	141.691	2.227.951
TOTAL	255.515.135	254.222.012	195.439.187	63.849.649	(10.835.039)
RESSEGURO ACEITE	3.508.174	3.138.975	1.703.866	1.273.632	0
TOTAL GERAL	259.023.309	257.360.987	197.143.053	65.123.281	(10.835.039)

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Descrição das políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver Nota 3.1 a)

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, *royalties* e dividendos.

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	2012	2011
Ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Juros	119.955	636.197
Ativos financeiros disponíveis para venda		-
Dividendos	712.712	941.712
Juros	2.738.252	3.244.976
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.744.360	3.103.577
Depósitos à ordem e a prazo	648.713	453.069
Outros	922.677	921.715
Total	10.886.669	9.301.246

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	2012	2011
Ativos detidos para negociação	-	843.936
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.308.838	1.538.888
Investimentos a deter até à maturidade	68.426	683.148
Total	6.377.264	3.065.972

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor, são como segue:

	2012	2011
Ativos financeiros detidos para negociação		
Perdas	-	(1.916.276)
Ganhos	(322.241)	731.064
Ativos financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas		
Perdas	(29.306)	(927.870)
Ganhos		1.039.872
Total	(351.547)	(1.073.210)

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados ascendem, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 2.044 euros, face a 12.716, em 2011.

Estas diferenças são resultantes da conversão em euros de valores ativos e passivos, expressos em moeda estrangeira, exceto as provisões técnicas e os investimentos. Encontram-se registados nas contas outros proveitos e gastos não técnicos.

20. Custos de Financiamento

Durante o exercício de 2012, a Companhia registou custos de financiamento 514.735 euros relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de 20,5 milhões de euros. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. e pela Caixa Económica Montepio Geral pelos montantes de 18 milhões de euros e 2,5 milhões de euros, respetivamente.

21. Gastos diversos por função e natureza

21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

Os custos imputados às funções, são analisados como segue:

	2012			2011		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	13.073.982	-	13.073.982	10.952.178	-	10.952.178
Custos de aquisição	12.305.001	-	12.305.001	13.369.397	-	13.369.397
Custos administrativos	16.952.471	-	16.952.471	18.773.694	-	18.773.694
Custos gestão dos investimentos	1.963.519	270.624	2.234.144	1.975.952	78.951	2.054.903
Total	44.294.973	270.624	44.565.597	45.071.221	78.951	45.150.172

21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza (e.g. depreciações, imparidade, benefícios de empregados).

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	2012	2011
Gastos com Pessoal	22.868.420	21.719.417
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	3.613.005	4.305.191
Rendas e Alugueres	2.582.746	3.199.356
Comunicações	1.969.577	2.423.601
Conservação e Reparação	519.765	673.883
Publicidade e Propaganda	1.103.928	1.262.154
Deslocações, estadas e despesas de representação	287.345	292.562
Impressos	135.512	192.513
Material de escritório	59.445	81.137
Quotizações	271.927	249.369
Custos com cobrança de prémios	376.093	407.841
Seguros	188.559	162.704
Contencioso e Notariado	144.790	68.513
Electricidade	437.478	398.133
Limpeza, higiene e conforto	371.520	436.987
Vigilância e segurança	233.127	248.114
Outros	792.708	580.683
	13.087.525	14.982.740
Impostos e taxas	2.112.453	1.909.745
Amortizações do exercício:		
Activos Intangíveis	1.936.294	2.371.972
Activos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	780.935	665.124
Outros activos tangíveis	1.833.055	1.719.375
	4.550.284	4.756.471
Provisões	-	-
Juros Suportados	1.437.204	1.226.765
Comissões	509.709	555.035
Total	44.565.597	45.150.173

22. Gastos com pessoal

22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo tinha 689 trabalhadores ao seu serviço, com uma média de 681 colaboradores, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2012
Diretor	22
Gestor Técnico	9
Gestor Operacional	56
Gestor Comercial	18
Técnico	42
Coordenador Operacional	125
Especialista Operacional	363
Auxiliar Geral	23
Estagiário	23
TOTAL	681

22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício, assim discriminadas:

	2012	2011
Remunerações		
- dos órgãos sociais	612.307	600.037
- do pessoal	17.236.472	16.106.415
Encargos sobre remunerações	4.084.561	3.921.545
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	23.297	
- Planos de benefícios definidos	(95.420)	171.688
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	6.743	
Benefícios de cessação de emprego	55.217	38.192
Seguros obrigatórios	411.041	132.881
Gastos de acção pessoal	418.806	399.883
Outros gastos com pessoal	115.392	348.777
Total	22.868.420	21.719.418

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. Para cada plano de contribuição definida, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo em 31/12/2011 que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania.

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida ascende a 2.874.483 euros, e detém, com referência a 31 de dezembro de 2012, 433 participantes ativos.

23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas atuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;

Para efeito de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios definidos atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respetivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e o justo valor dos

ativos que financiam essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

Note-se que o gasto, para efeito da IAS 19, o custo do exercício corresponde ao somatório do valor do custo dos serviços correntes, do custo dos juros deduzido do retorno esperado dos ativos do Plano.

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pela IAS 19 Benefícios a empregados, opta pelo reconhecimento dos desvios atuariais por contrapartida de reservas.

b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;

Descrição geral do plano e grupo de pessoas abrangidas:

O Fundo de Pensões Lusitania suporta dois Planos de Benefício Definido distintos:

- Um Plano de Pensões de Benefício Definido, previsto no CCT para a atividade seguradora e publicado no Boletim de Trabalho nº 32, de 29 de agosto de 2008, para os Participantes do Fundo que não aderiram ao novo CCT e para os Beneficiários pensionistas conforme normas de regulamentação coletiva aplicáveis à data de reforma;
- Um Plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Indicação dos benefícios assegurados

As responsabilidades da Companhia estão financiadas por um Fundo de Pensões.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

Pressupostos Demográficos	2012	2011
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	65 anos	65 anos
Pressupostos Financeiros	2012	2011
Taxa Técnica de Desconto (período ativo)	4,00%	5,00%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	4,00%	4,50%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,00%	5,00%
Taxa de Crescimento Salarial	2,25%	2,25%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2,25%	2,25%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%

A taxa de desconto das responsabilidades do período ativo foi determinada tendo em linha de conta o preceituado na IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2012	2011
Ativos	18	455
Reformados	86	86
TOTAL	104	541

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2012	2011
Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de dezembro		
Pensionistas	(3.064.048)	(3.162.648)
Ativos	(3.399.470)	(5.929.296)
	(6.463.518)	(9.091.944)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	6.876.281	9.261.045
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	412.763	169.101

As responsabilidades dos planos de benefícios, as quais, em 31 de dezembro de 2012 ascendem ao montante de 6.463.520 euros, face a 9.091.944 euros relativos a 2011, encontram-se financiadas pelas respetivas quotas-partes do Fundo de Pensões, totalizando o valor de 6.876.281, comparando com 9.261.045 euros, em 2011, o que representa um nível de financiamento global de 106%, contra 102%, em 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades são detalhadas como segue:

	2012	2011
Responsabilidades em 1 de janeiro	9.091.944	9.705.734
Custo do serviço corrente	36.975	177.400
Custo dos juros	205.045	453.613
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	67.407	(918.445)
Liquidação do benefício anterior CCT	(2.618.500)	-
Benefícios pagos	(319.353)	(326.358)
Responsabilidades em 31 de dezembro	6.463.518	9.091.944

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados dos participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo Contrato Coletivo de Trabalho foram convertidos em contas individuais, a título de contribuição única, para o Plano de Contribuição Definida, nos termos do Fundo de Pensões Lusitania.

A evolução dos ativos do fundo de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	2012	2011
Saldo do fundo em 1 de janeiro	9.261.045	9.646.122
Rendimento esperado	337.440	482.306
Ganhos e (perdas) atuariais	215.649	(541.025)
Transferências/Liquidação do benefício CCT	(2.618.500)	-
Benefícios pagos	(319.353)	(326.358)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	6.876.281	9.261.045

O Fundo de Pensões detém ainda uma quota-parte relativa ao Plano de Contribuição Definida que ascende a 2.874.483 euros, totalizando o Fundo, com referência a 31 de dezembro de 2012, o valor de 9.705.765 euros, comparando com 9.261.045 euros.

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011 são apresentados como segue:

	2012	2011
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	(982.181)	(1.359.601)
Ganhos e (perdas) atuariais		
- nas responsabilidades	(67.407)	918.445
- nos ativos do plano	215.649	(541.025)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(833.939)	(982.181)

Os ativos e passivos líquidos são apresentados são analisados como segue:

	2012	2011
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	(169.101)	59.612
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	67.407	(918.445)
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	(215.649)	541.025
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	36.975	177.400
- Custo dos juros	205.045	453.613
- Rendimento esperado do fundo	(337.440)	(482.306)
Transferências	-	-
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	(412.763)	(169.101)

O custo do exercício com pensões de reforma pode ser analisado como segue:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	36.975	177.400
Custo dos juros	205.045	453.613
Rendimento esperado do fundo	(337.440)	(482.306)
Custos do exercício	(95.420)	148.707

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2012	2011
Acções e outros títulos de rendimento variável	355.412	367.244
Títulos de rendimento fixo	5.192.119	8.435.577
Terrenos e edifícios	-	32.600
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	4.203.234	425.624
	9.750.765	9.261.045

A evolução das responsabilidades nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades por benefícios definidos	(6.463.518)	(9.091.944)	(9.705.734)	(9.382.073)	(6.543.775)
Justo valor dos ativos do fundo	6.876.281	9.261.045	9.646.122	7.097.792	6.414.043
Ativos/(responsabilidades) líquidas no balanço	412.763	169.101	(59.612)	(2.284.281)	(129.732)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2012 o montante das contribuições efetuadas ascendeu a 23.297,40 euros.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2012	2011
IRC- Impostos a recuperar/(A pagar)	(67.025)	58.923
IRS- Retenções na fonte	(448.352)	(558.733)
IVA- A recuperar/(A pagar)	(16.582)	(7.804)
Imposto de Selo	(2.129.777)	(2.543.819)
SNBPC	(456.738)	(483.706)
INEM	(644.599)	(905.526)
ISP	(239.147)	(301.156)
FAT	(6.375.722)	(6.112.075)
FGA	(427.912)	(553.947)
Outros Impostos e Taxas	(37.559)	(115.041)
Segurança Social	(352.231)	(353.822)
Impostos Municipais	-	-
Ativos por Impostos correntes	1.357	58.923
Passivos por Impostos correntes	(11.195.645)	(11.935.629)

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Foi reconhecido um ajustamento ao imposto corrente de anos anteriores referente ao excesso de estimativa de IRC de 2011 no valor de 99 mil euros.

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos, relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Em 31 de dezembro de 2012, estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 379 mil euros.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	2012	2011
Imposto corrente	379.405	112.139
Imposto diferido	(5.337.939)	(3.352.649)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(4.958.534)	(3.240.510)

24.2 Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditado ao capital próprio

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2012	2011
Impostos diferidos	1.758.061	2.997.499
Impostos correntes	0	0
Reserva por impostos diferidos	1.758.061	2.997.499
Impostos diferidos	354.778	394.198
Impostos correntes	(98.515)	(109.453)
Outras Reservas	256.263	284.745
Total	2.014.324	3.282.244

24.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2012		2011	
	Imposto	Taxa	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos	(20.205.254)	29,00	(6.016.302)	29,00
IRC sobre o resultado antes de impostos	5.859.524		1.744.728	
Ajustamentos Fiscais				
Amortizações e reintegrações	(59.716)		(58.366)	
Dividendos de acções afetas a provisões técnicas	200.079		261.218	
Taxas autónomas	(295.881)		(153.893)	
Multas e coimas	(1.191)		(4.139)	
Imparidades	615.476		993.693	
Benefícios fiscais	46.755		41.016	
Menos valias contabilísticas de ações	(689.344)		(184.120)	
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente	(450.630)		(1.142)	
Outros Ajustamentos	(295.021)		992.617	
Diferenças de taxas nominais na consolidação	28.483		(140.003)	
Prejuízos fiscais não reconhecidos			(251.098)	
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.958.534		3.240.510	

24.7. Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

Os saldos das contas de impostos diferidos reconhecidos no balanço são como segue:

	2012	Varição reconhecida em resultados	Varição em Capitais Próprios e outros ajustamentos	2011
Impostos Diferidos Ativos	10.716.968	5.257.308	(1.267.922)	6.727.582
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	4.796.475	71.587	(1.267.922)	5.992.810
- Ajustamentos fiscais de transição	-	(282.507)	-	282.507
- Provisões não aceites	1.814.388	480.703	-	1.333.685
- Perdas por imparidade	929.534	(115.672)	-	1.045.206
- Reserva de reavaliação de justo valor	1.697.775	-	(1.239.439)	2.937.214
- Responsabilidades com benefícios pós-emprego	354.778	(10.937)	(28.483)	394.198
POR PREJUÍZOS FISCAIS	5.920.493	5.185.721	-	734.772
Impostos Diferidos Passivos	(181.770)	80.630	-	(262.400)
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	(181.770)	80.630	-	(262.400)
- Imóveis	(181.770)	80.630	-	(262.400)
- Diversos N Seguros	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos / (Passivos) líquidos	10.535.199	5.337.939	(1.267.922)	6.465.182

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia remeteu um pedido à Administração Fiscal solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Em resposta a este pedido, a Administração Fiscal estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. Nesta base, existe um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de 11,2 milhões de euros, referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados.

Não obstante, existe a convicção da Administração da Companhia, corroborada pelos seus consultores fiscais que, através do exercício dos meios de reação ao despacho da Administração Fiscal, será concedida à Companhia autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Adicionalmente, encontra-se ainda em apreciação por parte da Administração Fiscal, o requerimento a solicitar a aceitação para efeitos fiscais da depreciação da carteira de seguros proveniente da Real Seguros.

Relativamente aos prejuízos fiscais reconhecidos em balanço, no montante de 5.920 mil euros, importa salientar que, destes, 5.341 mil euros poderão ser utilizados até 2017 e 579 mil euros poderão ser utilizados até 2015.

Complementarmente, a N Seguros não reconheceu em balanço o montante de 4.371 mil euros de prejuízos fiscais que poderão ser utilizados, no máximo, até 2015.

25. Capital

25.1. Indicação dos objetivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respetivos processos implementados.

A margem de solvência exigível, calculada com base no normativo em vigor, em 31 de dezembro de 2012, é de 41.7 milhões de euros e a cobertura da margem de solvência é de 108%. Em 2011, os valores eram respetivamente, 38.7 milhões e 109% dos requisitos de solvência.

25.2. Indicação para cada classe de capital em ações:

a) Quantidade de ações autorizadas;

Em 31 de dezembro de 2012 a totalidade do capital da Companhia está representado por 5.200.000 ações nominativas de valor nominal de 26.000.000 de euros.

b) Quantidade de ações emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas;

Como descrito em a) acima, o capital social da Companhia era, em 31 de dezembro de 2012, 26.000.000 de euros, integralmente realizado e representado por 5.200.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada. Todas as ações emitidas estão inteiramente pagas.

	2012	2011
Montepio Geral – Associação Mutualista	64,22%	64,22%
Caixa Económica Montepio Geral	25,65%	25,65%
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	5,37%	5,37%
Restantes Accionistas	4,76%	4,76%
Total	100,00%	100,00%

c) Valor ao par por ação;

Em 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de cada ação é de 5 euros.

d) Reconciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período;

Não ocorreram quaisquer alterações à quantidade de ações em circulação durante o exercício de 2012.

25.3 Identificação das quantias transacionadas com os detentores de capital próprio, com divulgação separada das distribuições a esses detentores de capital próprio;

Ver transações com detentores do capital próprio divulgadas na Nota 29.

26. Reservas

26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação por revalorização de outros ativos tangíveis considera o montante das revalorizações efetuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	146.406.314	155.285.102
Imparidade	(3.161.844)	(5.937.479)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	143.244.470	149.347.623
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	139.789.010	142.122.273
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(2.624.412)	(3.151.928)
Reserva de justo valor	(6.079.872)	(10.377.278)
Impostos diferidos e correntes	1.758.061	2.997.500
Reserva de reavaliação líquida de impostos	(4.321.811)	(7.379.778)

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

c) Reservas Estatutárias

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

d) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, que advêm de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

27. Resultados por ação

27.1. Indicação das quantias usadas como numeradores no cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos e uma reconciliação dessas quantias com o lucro ou perda atribuível à entidade-mãe para o período em questão.

a) Básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	2012	2011
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	0	104.452
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	5.200.000	5.200.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	0,00	0,02

b) Diluídos

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia não deteve elementos suscetíveis de originar o efeito de diluição.

28. Dividendos por ação

28.1. Indicação da quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital próprio durante período, e a quantia relacionada por ação.

Não houve distribuição de dividendos em 2012 relativamente ao resultado apurado no exercício de 2011.

A N Seguros não pagou quaisquer dividendos em 2012.

28.2. Indicação da quantia de dividendos proposta ou declarada antes de as demonstrações financeiras serem aprovadas mas não reconhecida como distribuição aos detentores de capital próprio durante o período, a quantia relacionada por ação, e a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

29. Transações entre partes relacionadas

29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral.

A empresa-mãe da Companhia é a Associação Mutualista Montepio Geral.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais.

O Grupo Montepio Geral detém uma participação direta de 89,87% no capital da Lusitania, sendo 64,22% da Associação Mutualista Montepio Geral e 25,65% da Caixa Económica Montepio Geral.

No desenvolvimento da sua atividade a Lusitania efetua transações com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

Montepio Geral – Associação Mutualista

O Montepio Geral – Associação Mutualista (AMMG) é a entidade cabeça do Grupo e detém 64,22% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011 e relativos a 2010, o montante de 667.863 euros.

Em 2009, a AMMG entregou, a título de prestações suplementares à Lusitania, o montante de 29.750.001 euros, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Em 2012, a AMMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 14.000.000 euros, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Caixa Económica Montepio Geral

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) é detida em 100% pela AMMG e, por sua vez, detém 25,65% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011 o montante de 266.786 euros em dividendos.

Em 2009, a CEMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 12.750.000 euros, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

Em 2012, a CEMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 6.000.000 euros, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida diretamente em 80,45% pelo Grupo Montepio Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, era detentora de 5,37% do capital social de Lusitania Companhia de Seguros, S.A., tendo recebido, durante o exercício de 2011 e relativo a 2010, o montante de 55.890 euros em dividendos.

Em 2009, a Lusitania Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida Companhia de Seguros em novembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2009, a Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

N Seguros, SA (filial consolidada)

A N-Seguros é uma seguradora do ramo Não Vida, designadamente o ramo automóvel, que é detida a 100% pela Lusitania.

Sociedade portuguesa de administrações, SA (filial não consolidada)

A SPA é detida a 80,63% pela Lusitania, tendo como objeto social a administração de propriedades e a aquisição de imóveis para revenda.

Lykeion-Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda (filial não consolidada)

A Lykeion-Centro de Conhecimento é detida a 100% pela Lusitania, tendo como objeto social a promoção e formação em diversas áreas.

29.3. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-

emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em ações.

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais são analisadas como segue:

Nome/Cargo	2012		2011	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Lusitania Seguros				
António Tomás Correia / Presidente Conselho Administração	-	-	-	-
José António Arez Romão / Administrador-Delegado	241.794	18.911	225.099	15.201
Fernando Dias Nogueira / Vice-Presidente b)	59.580	4.887	-	-
Jorge José Conceição Silva / Administrador c)	197.839	16.887	208.530	15.609
José António Romão Eusébio / Administrador a)	-	-	64.518	4.474
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador	27.720	6.063	27.720	5.142
Manuel da Costa Bráz / Presidente do Conselho Fiscal	4.500	-	4.500	-
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Vice-Presidente do Conselho Fiscal	3.500	-	3.500	-
Fernando Vassalo Namorado Rosa / Vogal do Conselho Fiscal	3.500	-	3.500	-
Total Lusitania Seguros	538.433	46.748	537.367	40.426
N Seguros				
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador	-	-	-	-
António Paulo Silva Gonçalves Raimundo / Administrador	-	-	-	-
Renato Pedro Menino Duarte Homem / Administrador b)			14.036	2.754
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Presidente do Conselho Fiscal	4.305		5.985	
Fernando Vassalo Namorado Rosa / Vogal do Conselho Fiscal	3.690		5.130	
António Pedro de Sá Alves Sameiro / Vogal do Conselho Fiscal	3.690		5.130	
Total N Seguros	-	-	30.281	2.754
Total	-	-	567.648	43.180

a) Cessou funções no decorrer de 2011

b) Início de mandato em 1 de outubro 2012

c) Valor das remunerações influenciado por período de baixa

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2011 e que foi liquidado ou colocado à disposição em março de 2012. Os valores referentes ao exercício de 2012, que são pagos ou colocados à disposição em março de 2013, são 8.805 euros e 14.380 euros para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respetivamente.

Os honorários com a Revisão Oficial de Contas ascenderam a 189.358 euros (sem IVA), face a 165.643 euros (sem IVA), em 2011, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efetuado pela Companhia à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP, a revisão do relatório enviado pela Companhia ao ISP sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, adicionalmente, uma revisão e avaliação dos controlos informáticos associados aos sistemas aplicativos e interfaces.

Remunerações e encargos dos Diretores (em euros):

Diretores - De acordo com a estrutura a 31-12-2012		2012		2011	
Nome/Cargo		Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Diretores (18 colaboradores)		1.359.841	335.881	1.328.042	320.134
Total Lusitania, Companhia de Seguros, SA		1.359.841	335.881	1.328.042	320.134
Diretores (1 colaborador)		60.299	15.637	57.328	14.191
Total N Seguros		60.299	15.637	57.328	14.191
Total		1.420.140	351.518	1.385.370	334.325

29.4. Indicação, no caso de ter havido transações entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transações e saldos pendentes, a informação necessária para a compreensão do respetivo efeito potencial nas demonstrações financeiras:

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

Designação da Contas	Montepio Geral		M.G.A.M		LUS. VIDA C.S., S.A.		S.P.A, S.A.		Leacock Seguros, Lda		Lykeion-C. Conhecimento		Bolsimo	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contas Activo	42.995	33.362	-	-	7.874	8.780	10.622	2.731	-	-	50	57	22.047	22.042
Depósito à ordem	22.671	5.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções/Quotas	-	-	-	-	3.995	4.384	590	590	-	-	50	50	2.038	2.042
Depósitos a Prazo	10.352	15.062	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	9.982	2.075	-	-	-	-	-	-
Obrigações	9.971	12.778	-	-	3.879	4.397	-	-	-	-	-	-	20.009	20.000
D.C.D. - C/Corrente	-	-	-	-	-	-	50	67	-	-	-	7	-	-
Contas Passivo	36.250	26.185	43.750	29.750	18.000	18.056	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	935	-	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	2.500	2.500	-	-	18.000	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acess. Capital	18.750	12.750	43.750	29.750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Corrente Caucionada	15.000	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos	764	560	-	-	450	1.836	51	175	-	-	-	-	467	406
Custos	4.952	4.917	-	-	288	515	44	168	58	114	-	-	-	-

M.G.A.M. - Montepio Geral - Associação Mutualista

LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A

S.P.A, S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

C.S.M.C.B, S.A. - Clínica Serv.Médicos Comput. Belém, S.A

C.S.M.B, S.A. - Clínica Santa Maria de Belém, S.A

31. Compromissos

Durante o ano de 2012 os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2012	2011
Montepio	53.808	120.119
Multirent	-	17.902
GEFleet	133.293	66.231
Rentilusa	-	120.594
Leaseplan	539.466	452.152
Outros	37.440	34.480
Total	764.006	811.478

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

2012	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	24.203	1.225.389	78.661	1.328.252

A Companhia registou ainda durante o ano de 2012, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2012	2011
Companhia Portuguesa IBM	167.551	208.013
CPC Informática	12.089	-
HP	6.213	-
Xerox	193.847	193.263
Csintelirent	-	39.033
Outros	10.922	21.396
Total	390.622	461.705

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

2012	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	247.751	198.124	-	445.875

32. Passivos contingentes

Descrição da natureza dos passivos contingentes e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo, e, possibilidade de qualquer reembolso.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo Solução

A Real Seguros celebrou em julho de 2007, mas não contabilizou, um contrato de opção de aquisição de 16.060 ações representativas de 20% do capital social da Solução –

Corretores e Consultores de Seguros, SA (Solução), através do qual dois dos accionistas da Solução se constituíram titulares de direitos irrevogáveis de opção de venda dessas ações, ao preço de exercício de 2.262 milhares de euros, capitalizado à taxa Euribor a 1 ano, entre 5 de julho de 2007 (momento da assinatura) e 24 de abril de 2009 (data de exercício da opção), deduzido de eventuais dividendos distribuídos pela Solução neste período. É convicção da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Companhia.

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Companhia.

IRC de 2009 e 2010

Ver Nota 24, Imposto sobre o rendimento

Para além dos atrás mencionados e dos decorrentes da atividade de seguros, e que se encontram devidamente provisionados nas rubricas de sinistros, não há outros passivos contingentes significativos.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não há acontecimentos a registar

37. Outras informações

37.1. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	2012	2011
Receita processada antecipadamente	32.850.157	41.995.762
remunerações e respectivos encargos	3.497.712	3.940.669
Outros acréscimos e diferimentos	690.083	1.383.263
Total	37.037.952	47.319.694

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguro cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se

encontra ainda refletida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver Nota 37.2).

37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros devedores por operações de seguros e outras operações são analisados como segue:

	2012	2011
Devedores por operações de seguro directo	55.297.938	65.797.535
Devedores por operações de resseguro	8.655.054	8.394.320
Outros devedores	13.508.353	19.696.271
Total	77.461.345	93.888.126

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de 32.850.157 euros referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver Nota 37.1).

37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros credores por operações de seguros e outras operações são analisados como segue:

	2012	2011
Credores por operações de seguro directo	16.819.203	16.981.701
Credores por operações de resseguro	7.754.779	3.107.165
Outros credores	5.605.424	6.593.352
Total	30.179.406	26.682.218

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de 12.981.688 euros relativo a valores a pagar a mediadores.

37.4. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	2012	2011
Reavaliação de imóveis de rendimento	(92.474)	418.070
Outros rendimentos /gastos técnicos	579.799	581.497
Total	487.325	999.567

37.5. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2012	2011
Ofertas a clientes	(183.795)	(236.851)
Acertos de inventários	(91.204)	-
Despesas confidenciais	(12.611)	-
Valias por alienação de activos tangíveis	7.000	1.364.401
Outros rendimentos / gastos	25.974	(2.531)
Total	(254.636)	1.125.019

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das

propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem impacto significativo na posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. A Companhia procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de

política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação também não terá impacto significativo ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto)

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não espera impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não espera impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não espera impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento”

como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previsto na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não antecipa impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a

informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra, por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua

generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

15-1

INVENTÁRIO CONSOLIDADO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício : 2012

Companhia : LUSITANIA Companhia de Seguros, S.A.

ISIN	DESIGNAÇÃO	Quantidade/ Valor	Preço médio aquisição	Valor total aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
PTCMKX0004	C.E. Montepio Geral Obrig. Subordinadas	13.000.000	100	13.000.000	76	9.820.597
PTCMKX0001	CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-TV-23.07.2018	50.000	75	3.750	76	37.908
PTCON30E0006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)	8.475	49	4.153	45	3.842
PTCON40E0005	CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%)	3.931	57	2.242	64	2.504
PTLVAA0E0008	OBRIG. SUB. Prazo Indeterminado LUSITANIA VIDA	5.000.000	100	5.000.000	78	3.878.608
PTOTE10E0019	OT - 4,375% JUNHO - 2003 / 2014	10.317.000	93	9.584.992	97	10.035.375
PTOTE10E0019	PGB 4,375% 06/16/14 V	6.341.000	98	6.230.173	103	6.538.731
PTOTE30E0017	OT - 3,35% (15.10.2015)	2.255.000	102	2.292.456	95	2.144.113
PTOTE30E0017	PGB 3,35% 10/15/15 V	500.000	95	475.874	98	492.483
PTOTE60E0006	PGB 4,2% 10/15/16	13.975.000	97	13.504.848	99	13.826.310
PTOTE00E0029	OT-4,8% 15.06.2020	11.865.360	88	10.460.907	92	10.921.714
PTOTE00E0029	PGB 4,8 06/15/20 V	7.080.000	87	6.158.864	91	6.465.243
PTOTEG0E0009	OT - 5,45% - SETEMBRO - 1998/ 2013	15.697.000	87	13.732.623	96	15.067.458
PTOTEM0E0027	PGB 4,75 06/14/19	2.250.000	90	2.033.560	93	2.103.161
PTOTEN0E0018	OT-4,45%-15.06.2018	3.850.000	93	3.561.647	94	3.613.084
PTOTEN0E0018	PGB 4,45 06/15/18 V	6.765.000	91	6.159.964	95	6.414.990
PTOTEO0E0017	OT-3,6%-15.10.2014	1.200.000	98	1.181.054	97	1.169.331
PTOTEY0E0007	OT - 3,85% (15.04.2021)	1.100.000	96	1.057.707	86	941.849
PTPETQ0M0006	PARPÚBLICA - 3,5% - 08.07.2013	250.000	99	246.662	100	250.230
714910050004	LA SILVA & SILVA - 4% 19/09/2012 - 19/03/2013	300.000	100	300.000	102	305.564
XS0221082125	AAB 0,06/15 (ABN AMRO)	300.000	100	299.597	94	280.780
XS0221514879	ABNANV FLT 15	20.000	93	18.606	96	19.135
DE0003933511	AG DB 0 01/16/14	730.000	96	700.244	99	723.482
XS0229541213	AIG 3,25 01/16/13	500.000	99	492.500	103	514.749
XS0211637839	ALZ 0 02/28/49	750.000	100	748.875	104	779.131
XS0209139244	ARGENT 0 12/15/35	1.085.833	14	154.792	6	64.412
XS0205537581	ARGENT 1,2 12/38	833	14	119	28	231
XS0214398199	BACR 4,75 03/29/49	1.000.000	97	974.500	80	801.540
PTBCT30M0000	BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	530.000	97	512.958	93	493.200
PTBESWOM0013	BANCO ESPÍRITO SANTO SA 6,875% 09.11.2015	200.000	100	199.331	104	207.342
BXIIA10E	BARCLAYS BANK	8.298	26.403	2.191.034	26.007	2.158.111
XS0201271045	BAVB 0 10/01/14	420.000	95	400.827	98	409.889
XS0746025336	BBVASM3 08/22/13	200.000	100	199.753	102	203.109
ES0413211071	BBVSM 4 02/25/25	4.000.000	104	4.142.800	100	4.000.222
PTBCLQOM0010	BCP - 5,625% - 23.04.2014	350.000	105	368.927	104	364.733
PTBCU31E0002	BCPL 4,75 10/14	300.000	101	303.167	101	303.958
PTBCPUOM0010	BCPL FLT 03/13	300.000	100	299.165	99	296.986
PTBLMGOM0002	BES-5,625%-05.06.2014	850.000	104	886.433	103	874.747
PTBERLOM0017	BESNN 0,05/08/13	700.000	91	639.845	99	691.490
XS0288285272	BEST 150+ 2013	288.000	100	288.300	58	166.982
PTBLMWOM0002	BES-TV-25.02.2013	950.000	96	911.026	100	945.420
XS0200584125	BETA FINANCE CORPORATION-TV-15.03.2015	2.000.000	0	1	0	2
XS0208463306	BNFPL FLT 12/14	295.000	80	235.947	64	187.509
XS0239804445	BNFPL FLT 12/15	536.000	77	410.356	52	276.844
XS0202386743	BNP 0 10/10/14	700.000	100	698.250	100	700.000
PTBL2AJM0032	BOLSIMO 11º EM - PAPEL COMERCIAL	20.000.000	100	20.000.000	100	20.008.780
ES0000012106	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4,3%-31.10.2019	80.000	102	81.423	98	78.755
ES0000012213	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4,85%-31.10.2020	1.060.000	106	1.124.539	100	1.057.727
PTBSSAOM0005	BRCORO 4,797 13	7.000	103	7.204	102	7.153
PTBRIHOM0001	BRISA 4 1/2 12/05/16	1.000.000	99	994.100	101	1.008.219
IT0003493258	BTPS 4,25 02/01/19	1.000.000	106	1.063.400	105	1.051.063
ES0115006001	BVA FLT 12/49	350.000	32	112.120	23	80.753
XS0243636866	C 0 02/09/16	150.000	100	150.024	97	146.148
ES0214843130	CAGALI 0 09/12/16	50.000	84	42.000	30	14.944
PTCG25OM0029	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-5,625%-04.12.15	400.000	101	404.610	103	412.764
PTCG32OM0004	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	104	678.275	106	688.176
PTCFPAOM0002	CAMFER 4,17 10/19	5.500.000	99	5.435.500	78	4.272.277
ES0214977151	CAVALE 0 04/23/14	300.000	100	300.036	93	279.920
714910049406	CELBI - CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL SA 6º 11/10/2012 - 14/01/2013	150.000	99	147.940	100	149.693
714910049506	CELTEJO - EMP CELULOSE DO TEJO 6º 11/10/2012 - 14/01/2013	400.000	99	394.507	100	399.181
XS0178293519	CENTAURI CORPORATION(CAV)-TV-09.09.2013	2.500.000	0	250	0	0
XS0224399872	CENTAURI CORPORATION(CAV)-TV-09.09.2014	1.210.000	0	121	0	0
XS0213026197	GTIGROUP 4,25 02/25/30	500.000	99	495.900	95	474.722
XS0099472994	CREDIT SUISSE G. FINANCE - 99/19	1.000.000	105	1.048.700	102	1.021.370
ES0340609009	CRITERIA CAIXA CORP.-4,125%-20.11.2014	100.000	100	99.523	99	99.144
FR0010128736	CRLOG FLT 11/49	55.000	70	38.568	62	34.119
XS0342838421	CSFLOAT 02/28/14	200.000	98	196.311	98	196.731
PTCGGFOM0015	CXGD 3,625 07/14	300.000	100	300.497	101	303.577
PTCG1LOM0007	CXGD 5,1/8 02/19/14	5.000.000	100	4.980.174	102	5.079.929
DE0003933685	DB 0 09/20/16	250.000	98	244.213	94	235.030
XS0229840474	DB 0 09/22/15	350.000	94	330.002	96	336.617
KYG2773C2068	DIVERSIFIELD GLOBAL SECS-PREF-PERP	458.000	12	53.407	1	5.522
XS0221295628	EDP FINANCE BV - 3,75% (22.06.2015)	686.000	100	686.573	102	701.919
XS0831842645	EDP FINANCE BV 5,75%-21.09.2017	362.000	100	360.435	109	393.462
XS0495010133	EDP FINANCE BV-3,25%-16.03.2015	650.000	99	646.188	102	662.438
XS0443680052	EPG HELLAS PLC-4,375%-11.02.2013	700.000	101	704.187	102	714.336
714910026901	ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 1º 21/06/2012 - 14/06/2013	2.200.000	100	2.200.000	104	2.285.085
714910026908	ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA 8º 20/08/2012 - 18/02/2013	400.000	100	400.000	102	409.773
XS0256997007	ELEPOR 4 5/8 06/16	500.000	99	496.745	105	525.201
XS0284761169	ERSTBK 0 02/06/14	200.000	100	199.776	100	199.522
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4,125%-26.01.2018	600.000	100	599.207	108	645.537
XS0203295562	GLBIR 0 10/21/14	50.000	0	0	0	0
XS0292051835	HAA 0 03/20/15	150.000	100	150.103	95	142.169
XS0219714564	HAA 0 27/05/15	280.000	100	280.291	97	272.339

ISIN	DESIGNAÇÃO	Quantidade/ Valor	Preço médio aquisição	Valor total aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
XS0548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50,000	100	49,929	97	48,669
XS0243399566	IBSAMP 0 02/ 20/ 18	500,000	98	488,994	84	421,907
XS0503709411	ICO FLT 07/13	550,000	97	534,043	98	539,716
INAPA 2 EM PC	INAPA 2ª EM - PAPEL COMERCIAL	300,000	99	295,751	99	296,772
XS0300196879	ISPIIM FLT 05/ 17	250,000	97	241,588	89	223,602
XS0278803712	ISPIIM FLT 12/ 16	200,000	93	186,489	91	181,544
XS0231555672	JPM 0 10/12/12	100,000	100	99,748	97	97,054
XS0149850777	K2 CORPORATION-TV-15.01.2011	1,500,000	0	1	0	1
XS0194805429	KAUP 0 06/ 30/ 14	239,000	1	2,390	0	299
XS0195810717	LLOYDS 0 07/09/ 16	323,000	99	320,880	91	293,404
714910049916	MARQUES DISTRIBUIÇÃO SGPS SA 16ª 06/11/ 2012 - 06/03/2013	500,000	100	500,000	101	504,779
714910041405	MARTIFER SGPS 5ª 17/ 09/ 2012 - 15/ 03/ 2013	300,000	100	300,000	102	305,681
XS0250907218	MONPI 0 16	250,000	69	171,718	60	150,545
XS0426505102	MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	600,000	104	626,950	104	622,054
XS0282583722	MS 0 01/16/ 17	250,000	100	250,260	94	234,534
XS0250971222	MS 0 13/04/16	250,000	100	249,614	95	237,710
NABEIRO GEST PC	NABEIRO GEST 9ª EM - PAPEL COMERCIAL	450,000	100	450,000	100	451,129
ES0214958052	NOVAGA FLT 49	300,000	52	155,766	5	15,294
XS0293598495	OPERA GER3 A 01/ 25/ 22 (OBG)	84,655	100	84,743	79	66,555
XS0230315748	PARPUB 3,567,09/ 22/ 20	2,500,000	98	2,454,700	87	2,181,206
XS0202475173	PARPUBLICA 4,191%-15.10.2014	300,000	97	291,151	98	294,702
XS0159861078	PELICAN MORTGAGES - 03/ 37 (OBG)	48,299	100	48,485	90	43,350
XS0257959113	PENED FLT 06/ 49	300,000	52	186,293	0	118
XS0462994943	PORT TELECOM INT.FIN -5%-04.11.2019	580,000	100	579,431	100	578,717
XS0221854200	PORTEL 4 1/2 06/ 16/ 25	500,000	100	498,150	92	461,117
XS0215828913	PORTEL 4 3/75	100,000	102	101,533	105	104,568
XS0587805457	PORTUGAL TELECOM I.F.-5.625%-08.02.2016	150,000	101	151,766	110	165,413
XS0426126180	PORTUGAL TELECOM INT.FIN-6%-30.04.2013	100,000	108	107,859	105	104,694
PT 115 EM PC	PT 115ª EM - PAPEL COMERCIAL	550,000	100	550,000	100	550,098
XS0313145772	RABOBK FLT 17	350,000	95	330,977	96	336,038
714910053104	RAPORAL -4ª 08/03/2012 -04/03/2013	100,000	100	100,000	105	105,431
XS0259579547	RBS 0 01/ 30/ 17	200,000	100	200,208	87	174,394
XS0545097742	RED ELECTRICIA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100,000	100	100,202	99	99,380
714910051109	ROLEAR MAIS, 9ª 23/04/2012 -21/01/2013	150,000	94	141,720	100	142,552
SAG GEST 19 PC	SAG GEST 19ª EM - PAPEL COMERCIAL	200,000	100	199,160	100	200,101
XS0652177858	SANTAN FLOAT 13	550,000	100	548,657	100	551,947
XS0477243843	SANTAN FLOT 13	550,000	97	532,721	100	550,678
XS0202197694	SANTAN FLT 49	15,000	60	9,000	48	7,139
SATA 2 EM PC	SATA 2ª EM - PAPEL COMERCIAL	300,000	100	300,000	100	300,866
PTSEMCOE0006	SEMPLE FLOT 04/ 16	400,000	92	368,400	86	345,366
ES0101308235	SGLT 0 08/ 23/ 2013	550,000	98	540,108	99	543,208
ES0101309209	SGLT 0 09/ 20/ 13	500,000	98	489,408	99	492,675
SOJA 55 EM PC	SOJA PORTUGAL 55ª EM - PAPEL COMERCIAL	400,000	100	400,000	100	400,238
ES00000122R7	SPGB 2,5 10/13	500,000	100	501,261	100	501,314
ES00000120G4	SPGB 3,15 01/16	2,000,000	99	1,971,000	102	2,036,936
ES0000012106	SPGB 4,3 10/31/19	1,000,000	101	1,005,137	98	984,436
XS0756990429	STROKA FINANCE 3,1 06/19	8,833,000	0	34,132	0	44,026
XS0312208407	TIJIM FLT 07/13	300,000	98	288,534	100	300,296
XS0285148598	UCGIM FLT 02/14	250,000	98	245,788	99	247,455
714910049607	VISABEIRA TURISMO, SGPS SA 7ª 29/ 05/ 2012 - 21/ 05/ 2013	250,000	94	234,324	97	243,565
US96428FAW86	WHITE PINE CORP-TV-31.12.2016	884,000	0	0	0	61
XS0271816869	ZELA FINANCE CORP-TV-18.08.2016	1,000,000	0	0	0	10
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	1	5,640,370	5,640,370	1	5,640,370
BE0974264930	AGEAS	30	23,437	23,437	22	17,216
PTARMAME0005	ALVES RIBEIRO - MÍDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS	50	74,820	74,820	42	62,684
921910003001	AUDATEX (ACC)	249	24,940	24,940	301	30,147
PTBCPOAM0007	BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA (ACC)	0	32,793	32,793	0	15,636
FR0000131104	BNP (ACC)	42	209,196	209,196	43	212,500
ES0115056139	BOLSAS Y MERCADOS	21	234,299	234,299	18	204,130
722910042701	BOLSIIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	100	669,400	669,400	305	2,038,390
920910022101	CLÍNICA DE SANTA MARIA DE BELEM	8	527,364	527,364	6	432,106
920910022001	CLÍNICA SERV. MÉDICOS COMPUTORIZADOS DE BELEM	5	256,706	256,706	5	256,706
DE0005140008	DEUTSCHE BANK (ACC)	40	163,862	163,862	33	136,463
PTEDPOAM0009	EDP (ACC)	3	1,430	1,430	2	1,049
IT0003128367	ENEL SPA 2001 (ACC)	4	90,525	90,525	3	66,067
921910012201	EUROMINAS (ACC)	5	65	65	0	0
BE0917378490	FORTIS DTOS 08	0	0	0	0	0
FR0000133308	FRANCE TELECOM (ACC)	17	173,034	173,034	8	83,200
921910000801	FUTURO - S.G.F.P.	5	126,439	126,439	10	265,280
721910048701	GALILEI	0	231,617	231,617	0	0
PTGALOAM0009	GALP PL	14	1,916,041	1,916,041	12	1,645,000
FR0010208488	GDF SUEZ	29	74,050	74,050	15	39,505
722910042601	GERMONT	100	5,000	5,000	31	1,537
ES0142090317	HUARTE LAIN	20	203,823	203,823	22	219,500
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	5	50	50	0	0
NL0000009538	KONINKLUKE PHILIPS ELECTRONICS	19	94,527	94,527	20	101,167
921910000701	LUSITANIA VIDA - Companhia de Seguros	30	3,261,416	3,261,416	36	3,994,895
921910013001	MATUR Potador	10	898	898	0	0
PTMGFOAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	0	0	0	5	75
PTMGFOAE0005	MG PATRIMONIOS-SOC. GESTORA PATRIMONIOS	0	0	0	5	60
92181000801	MOCAMBIQUE - Companhia de Seguros	7	278,084	278,084	3	106,142
921910045901	MUTUAMAR FORMAÇÃO	50,000	50,000	50,000	50,000	50,000
PTPTCOAM0009	PORTUGAL TELECOM (ACC)	9	3,860	3,860	4	1,691
921910024901	REGIS HOTELS	21	9,976	9,976	4	0
GB0007188757	RIO TINTO	53	112,272	112,272	43	90,889
NL0000009082	ROYAL KPN - KONINKLUKE	11	55,789	55,789	4	18,570
PTYSALFM0006	SANDER ACCÕES PORTUGAL	4	10,082	10,082	19	44,334
DE0007236101	SIEMENS AG (ACC)	91	411,648	411,648	82	369,585
721910048601	SIN VAL	0	262,500	262,500	0	0

ISIN	DESIGNAÇÃO	Quantidade/ Valor	Preço médio aquisição	Valor total aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
92191000501	SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES (ACC)	71	589,561	71	589,561	
PTSNP0AE0008	SONAE CAPITAL	11	8,294	0	1,415	
FR0000120271	TOTAL FINA	43	247,805	39	224,172	
FR0000127771	VIVENDI (ACC)	20	37,474	17	32,314	
PTZON0AM0006	ZON MULTIMEDIA SGPS	41	273	3	186	
KYG0621N1016	A2CT2 SYSTEMATIC FUND	86	53,734	96	60,349	
GGY121000008	AEIFP	1	524,057	1	434,357	
GB0030276538	ARIS	0	0	126	31,942	
PTYPIILM0008	BPI EURO GRANDES CAPITA	11	495,300	11	481,285	
LU0292622254	BPI GLOBAL INVESTMENT FUND	4	692,099	41	587,199	
LU0220378110	BPI HIGH INCOME FUND	8	2,437,886	81	2,508,305	
PTYPINLM0001	BPI LIQUIDEZ	7	841,432	71	844,000	
LU0049736407	BPI LUX EUROPA	10	1,310,774	10	1,327,288	
LU0220378623	BPI UNIVERSAL	7	791,478	71	790,780	
PTYBPJMN0002	BNP VALOR PATRIMONIAL	2,368	1,380,800	2,071	1,207,137	
LU0220385321	EDMOND ROTHSCHILD PRIFUND	152	234,585	163	250,850	
KYG5569M2620	GERMAN REAL ESTATE FUND	738	419,707	650	370,052	
KYG399911232	GOTTEX ABI FUND	0	0	1	1,861	
935930005001	MERCAPITAL	103	4,676,799	54	2,452,714	
IE0005315449	MUZIN EUROPEYIELD	166	2,387,551	171	2,455,826	
LU0296922973	NOVENERGIA	67,472	58,228	84,570	72,984	
GBR12100007	THE FINEART ILLP	0	251,886	1	319,973	
GBR12100008	THE FINEART L.P.	1	371,544	1	366,802	
VGG7558X1924	SIGNET	112	505,204	87	394,515	
PTYCXTHM0007	FUNDIMO	5	5,103	81	7,767	
PTYBPGIM0002	IMOGLOBAL	297	2,567,710	325	2,812,431	
PTYBQAIM0007	IMOREAL	95	8,278,589	79	6,926,607	
PTNOECIE0006	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO	5	250,500	51	271,725	
IE000B06YB805	PREFE (UPS)	101	427,434	85	361,162	
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	3	508,342	4	581,160	
TOTAL GERAL DE TÍTULOS EM VIGOR		200.127.683		220.652.993		214.593.171

CERTIFICAÇÕES

**Parecer do Conselho Fiscal
sobre as Contas Consolidadas**

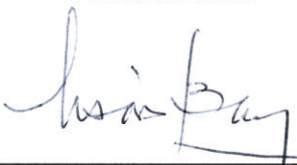
Em cumprimento dos preceitos legais em vigor, o Conselho Fiscal da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA apreciou as Contas Consolidadas do exercício de 2012, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2012, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, os quais conjuntamente com o Relatório Consolidado de Gestão foram preparados pelo Conselho de Administração.

Na sequência de, ao longo do exercício de 2012, o Conselho Fiscal ter acompanhado, com a periodicidade e a extensão adequadas, a atividade da Companhia, tomou, agora, conhecimento da Certificação Legal de Contas Consolidadas, à qual dá o seu acordo.

Considerando que os documentos em apreciação foram preparados de acordo com as disposições legais aplicáveis, especialmente as referentes às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos, assim como o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor do conjunto abrangido pela consolidação, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação de tais documentos.

Lisboa, 20 de março de 2013

O Conselho Fiscal



Manuel da Costa Braz
Presidente



José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Vice-Presidente



Fernando Vassalo Namorado Rosa
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 529.362.027 euros, e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 63.368.351 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas da Sociedade de 15.246.720 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e a Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2013



KPMG & Associados,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)